



ESTADO DO PARÁ
GOVERNO MUNICIPAL DE SALINÓPOLIS
PREFEITURA MUNICIPAL DE SALINÓPOLIS



EDITAL DE LICITAÇÃO

CONCORRENCIA ELETRÔNICA 90009-2025-CONC
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 25110001/2025

CONTRATANTE (UASG):

PREFEITURA MUNICIPAL DE SALINÓPOLIS/PA- 980523

OBJETO:

Contratação de empresa de engenharia para execução de obras e serviços de engenharia para Estradas Vicinais no município de Salinópolis – Pará, no âmbito do Convênio nº 968964/2024, celebrado entre a União, por intermédio do Ministério da Agricultura e Pecuária – MAPA, e o Município de Salinópolis/PA, registrado no Transferegov.br sob o nº 031622/2024.

VALOR TOTAL DA CONTRATAÇÃO:

R\$ 1.956.919,79 (um milhão novecentos e cinquenta e seis mil novecentos e dezenove reais e setenta e nove centavos)

DATA E HORA DA SESSÃO PÚBLICA:

Dia 20 de Fevereiro de 2026 às 09h (horário de Brasília)

CRITÉRIO DE JULGAMENTO:

Menor Preço Global

EXECUÇÃO:

Indireta

MODO DE DISPUTA:

Aberto

PREFERÊNCIA ME/EPP LOCAL:

Não

ORÇAMENTO SIGILOSO:

Não

ENDEREÇO ELETRÔNICO:

<https://www.gov.br/compras>

CONTATO:

cpl@salinopolis.pa.gov.br



ESTADO DO PARÁ
GOVERNO MUNICIPAL DE SALINÓPOLIS
PREFEITURA MUNICIPAL DE SALINÓPOLIS



SUMÁRIO

1. DO OBJETO	3
2. DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO	3
3. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO.....	6
4. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA	8
5. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES	11
6. DA FASE DE JULGAMENTO	15
7. DA FASE DE HABILITAÇÃO.....	17
8. DOS RECURSOS.....	25
9. DA ASSINATURA, VIGENCIA DO CONTRATO E DO PRAZO CONTRATUAL	26
10. DA FORMAÇÃO DO CADASTRO DE RESERVA	27
11. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES	28
12. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO.....	31
13. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS	31
14. DOS ANEXOS:	32





ESTADO DO PARÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE SALINÓPOLIS
CNPJ: 05.149.166/0001-98

CONCORRÊNCIA Nº 90009-2025-CONC
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 2511000125

Modalidade: Concorrência Eletrônica

Endereço Eletrônico: <https://www.gov.br/compras>

Tipo: Menor Valor Global

Execução: Indireta

O MUNICÍPIO DE SALINÓPOLIS – PA, neste ato se fazendo representar pela PREFEITURA MUNICIPAL DE SALINÓPOLIS – PMS, por intermédio da Agente de Renan Monteiro dos Santos, designada pela Portaria nº 080/2025-GAB/PMS e Equipe de Apoio, torna público, para conhecimento dos interessados, que realizará licitação na modalidade de Concorrência, na forma ELETRÔNICA, nos termos da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, do Decreto nº 11.462, de 31 de março de 2023, Lei Complementar nº 123/2006 e demais legislação aplicável e, ainda, de acordo com as condições estabelecidas neste Edital e seus anexos.

1. DO OBJETO

1.1 O Objeto da presente licitação é a escolha da proposta mais vantajosa para a Contratação de empresa de engenharia para execução de obras e serviços de engenharia para Estradas Vicinais no município de Salinópolis – Pará, no âmbito do Convênio nº 968964/2024, celebrado entre a União, por intermédio do Ministério da Agricultura e Pecuária – MAPA, e o Município de Salinópolis/PA, registrado no Transferegov.br sob o nº 031622/2024, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos

1.2 A licitação será realizada em lote único

1.3 Caso haja divergência entre o descritivo dos itens do Edital e seus anexos e no Portal de Compras do Governo Federal, prevalecerá o descritivo constante no Edital e seus Anexos

2. DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO

2.1. Poderão participar deste Concorrência os interessados que estiverem previamente credenciados no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF (Instrução Normativa SEGES/MP n.º 3/2018) e no Sistema de Compras do Governo



ESTADO DO PARÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE SALINÓPOLIS
CNPJ: 05.149.166/0001-98

Federal (www.gov.br/compras), por meio de Certificado Digital conferido pela Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP - Brasil.

- 2.1.1.** Os interessados deverão atender às condições exigidas no cadastramento no **SICAF** até o terceiro dia útil anterior à data prevista para recebimento das propostas.
- 2.2.** O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluída a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.
- 2.3.** É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais nos Sistemas relacionados no item anterior e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.
- 2.4.** A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.
- 2.5.** Não poderão disputar esta licitação:
 - 2.5.1.** Aquele que não atenda às condições deste Edital e seu(s) anexo(s);
 - 2.5.2.** Autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados;
 - 2.5.3.** Empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ela necessários;
 - 2.5.4.** Pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta;
 - 2.5.5.** Aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão



ESTADO DO PARÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE SALINÓPOLIS
CNPJ: 05.149.166/0001-98

do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;

2.5.6. Empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;

2.5.7. Pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;

2.5.8. Agente público do órgão ou entidade licitante;

2.5.9. Pessoas jurídicas reunidas em consórcio;

2.5.9.1. Considerando as dimensões e a pouca complexidade do objeto, as quais não parecem limitar o número de fornecedores aptos a participarem do certame, conforme experiências de aquisição no âmbito desta Prefeitura, fica vedada a participação de consórcio de empresa, qualquer que seja sua forma de constituição. Os potenciais fornecedores, em sua maioria, dispõem de condições de participar isoladamente do certame e prestar a integralidade do objeto, não configurando o caso de permitir a junção de esforços de 2 (duas) ou mais empresas para a execução da contratação pretendida. Nesse caso, a possibilidade de participação de consórcios poderia limitar a competitividade da disputa, uma vez que se admitiria que empresas se associem e não disputem individualmente o objeto da licitação.

2.5.10. Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição;

2.5.11. Não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução do contrato agente público do órgão ou entidade contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme [§ 1º do art. 9º da Lei nº 14.133, de 2021](#).

2.6. O impedimento de que trata o item 2.5.4 será também aplicado ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante.

2.7. A critério da Administração e exclusivamente a seu serviço, o autor dos projetos e a empresa a que se referem os itens 2.5.2 e 2.5.3 poderão participar no apoio das



ESTADO DO PARÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE SALINÓPOLIS
CNPJ: 05.149.166/0001-98

atividades de planejamento da contratação, de execução da licitação ou de gestão do contrato, desde que sob supervisão exclusiva de agentes públicos do órgão ou entidade.

- 2.8.** Equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico.
- 2.9.** O disposto nos itens 2.5.2 e 2.5.3 não impede a licitação ou a contratação de serviço que inclua como encargo do contratado a elaboração do projeto básico e do projeto executivo, nas contratações integradas, e do projeto executivo, nos demais regimes de execução.
- 2.10.** Em licitações e contratações realizadas no âmbito de projetos e programas parcialmente financiados por agência oficial de cooperação estrangeira ou por organismo financeiro internacional com recursos do financiamento ou da contrapartida nacional, não poderá participar pessoa física ou jurídica que integre o rol de pessoas sancionadas por essas entidades ou que seja declarada inidônea nos termos da [Lei nº 14.133/2021](#).
- 2.11.** A vedação de que trata o item 2.5.8 estende-se a terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica.

3. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

- 3.1.** Na presente licitação, a fase de habilitação sucederá as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento.
- 3.2.** Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, a proposta com o preço, conforme o critério de julgamento adotado neste Edital, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública.
- 3.3.** Caso a fase de habilitação anteceda as fases de apresentação de propostas e lances, os licitantes encaminharão, na forma e no prazo estabelecido no item anterior, simultaneamente os documentos de habilitação e a proposta com o preço ou o percentual de desconto.
- 3.4.** No cadastramento da proposta inicial, o licitante declarará, em campo próprio do sistema, que:
- 3.4.1.** Está ciente e concorda com as condições contidas no edital e seus anexos, bem como de que a proposta apresentada compreende a integralidade dos custos para



ESTADO DO PARÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE SALINÓPOLIS
CNPJ: 05.149.166/0001-98

atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infra legais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório;

3.4.2. Não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do [artigo 7º, XXXIII, da Constituição](#);

3.4.3. Não possui empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos [incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal](#);

3.5. Cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

3.6. O fornecedor enquadrado como microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no [artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006](#), estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus [arts. 42 a 49](#), observado o disposto nos [§§ 1º ao 3º do art. 4º, da Lei nº 14.133, de 2021](#).

3.6.1. No item exclusivo para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” impedirá o prosseguimento no certame, para aquele item;

3.6.2. Nos itens em que a participação não for exclusiva para microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” apenas produzirá o efeito de o licitante não ter direito ao tratamento favorecido previsto na [Lei Complementar nº 123, de 2006](#), mesmo que microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa.

3.7. A falsidade da declaração de que trata os itens 3.4 ou 3.6 sujeitará o licitante às sanções previstas na [Lei nº 14.133, de 2021](#), e neste Edital.

3.8. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou, na hipótese de a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

3.9. Não haverá ordem de classificação na etapa de apresentação da proposta e dos documentos de habilitação pelo licitante, o que ocorrerá somente após os procedimentos de abertura da sessão pública e da fase de envio de lances.



ESTADO DO PARÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE SALINÓPOLIS
CNPJ: 05.149.166/0001-98

3.10. Serão disponibilizados para acesso público os documentos que compõem a proposta dos licitantes convocados para apresentação de propostas, após a fase de envio de lances.

3.11. Desde que disponibilizada a funcionalidade no sistema, o licitante poderá parametrizar o seu valor final mínimo ou o seu percentual de desconto máximo quando do cadastramento da proposta e obedecerá às seguintes regras:

3.11.1. A aplicação do intervalo mínimo de diferença de valores ou de percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta; e

3.11.2. Os lances serão de envio automático pelo sistema, respeitado o valor final mínimo, caso estabelecido, e o intervalo de que trata o subitem acima.

3.12. O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado no sistema poderá ser alterado pelo fornecedor durante a fase de disputa, sendo vedado:

3.12.1. Valor superior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por menor preço; e

3.12.2. Percentual de desconto inferior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por maior desconto.

3.13. O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado na forma do item **3.11** possuirá caráter sigiloso para os demais fornecedores e para o órgão ou entidade promotora da licitação, podendo ser disponibilizado estrita e permanentemente aos órgãos de controle externo e interno.

3.14. Caberá ao licitante interessado em participar da licitação acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e se responsabilizar pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.

3.15. O licitante deverá comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a segurança, para imediato bloqueio de acesso.

4. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA

4.1. O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:



ESTADO DO PARÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE SALINÓPOLIS
CNPJ: 05.149.166/0001-98

4.1.1. Valor unitário e total;

4.1.2. Quantidade cotada, devendo respeitar o quantitativo máximo licitado.

4.2. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam o licitante.

4.2.1. O licitante não poderá oferecer proposta em quantitativo inferior ao máximo previsto para contratação.

4.3. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na elaboração dos projetos e na execução da obra, apurados e demonstrados na Planilha de Custos e Formação de Preço, na Planilha de Bonificações e Despesas Indiretas (BDI), com o cronograma físico-financeiro e os Critérios de Pagamentos

4.4. A proposta de preço ajustada deverá conter ainda:

- a)** A razão social e CNPJ da empresa licitante;
- b)** Especificações do objeto de forma clara, observadas as especificações constantes do Projeto Básico e demais documentos técnicos anexos;
- c)** O valor total da proposta, em moeda corrente nacional, expresso em numeral e por extenso, conforme modelo de proposta constante no **ANEXO V**.
- d)** A Planilha de Custos Referencial e Composição de Preços Unitários, conforme documentos que compõe este Edital e anexos, bem como, composições auxiliares e composições complementares;
- e)** A composição do BDI, detalhando todos os seus componentes, conforme documentos que compõe este edital e seus anexos, sob pena de desclassificação;
- f)** Cronograma Físico Financeiro, em conformidade com as etapas, prazos e demais aspectos fixados pela Administração neste Edital e seus Anexos, ajustado à proposta apresentada.
- g)** Nos termos da legislação vigente, as Empresas Optantes do **Simplex Nacional** estão sujeitas à obrigação de fornecer a **Declaração de Faturamento referente aos últimos 12 (doze) meses**. Este procedimento tem por finalidade a análise dos encargos constantes das propostas de preços apresentadas pelas empresas optantes pelo Simplex Nacional. Na eventualidade de a empresa em questão não efetuar a apresentação supracitada, deverá fazê-lo no prazo improrrogável de 02 (duas) horas, a convocação e o encaminhamento dos documentos necessários serão feitos através do sistema Compras.gov. A ausência de envio dentro deste prazo resultará na recusa da proposta do licitante.



ESTADO DO PARÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE SALINÓPOLIS
CNPJ: 05.149.166/0001-98

4.5. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de negociação, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

4.6. Se o regime tributário da empresa implicar o recolhimento de tributos em percentuais variáveis, a cotação adequada será a que corresponde à média dos efetivos recolhimentos da empresa nos últimos doze meses.

4.7. As licitantes optantes pelo Simples Nacional deverão apresentar os percentuais de ISS, PIS e COFINS, discriminados na composição do BDI, compatíveis com as alíquotas a que estão obrigadas a recolher, conforme previsão contida no Anexo IV, da Lei Complementar 123/2006.

4.8. A composição de encargos sociais das empresas optantes pelo Simples Nacional não poderá incluir os gastos relativos às contribuições que estão dispensadas de recolhimento (SESI, SENAI, SEBRAE etc.).

4.9. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

4.10. Na presente licitação, a Microempresa e a Empresa de Pequeno Porte poderão se beneficiar do regime de tributação pelo Simples Nacional.

4.11. A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o Projeto Básico, assumindo o proponente o compromisso de executar o objeto licitado nos seus termos, bem como de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.

4.12. O prazo de validade da proposta não será inferior a 90 (noventa) dias, a contar da data de sua apresentação.

4.13. Os licitantes devem respeitar os preços máximos estabelecidos nas normas de regência de contratações públicas federais, quando participarem de licitações públicas;

4.14. O descumprimento das regras supramencionadas pela Administração por parte dos contratados pode ensejar a responsabilização pelo Tribunal de Contas e, após o devido processo legal, gerar as seguintes consequências: assinatura de prazo para a adoção das medidas necessárias ao exato cumprimento da lei, nos termos do art. 71, inciso IX, da Constituição; ou condenação dos agentes públicos responsáveis e da empresa contratada ao pagamento dos prejuízos ao erário, caso verificada a ocorrência de superfaturamento por sobre preço na execução do contrato.



ESTADO DO PARÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE SALINÓPOLIS
CNPJ: 05.149.166/0001-98

5. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES

5.1. A abertura da presente licitação dar-se-á automaticamente em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.

5.2. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou os documentos de habilitação, quando for o caso, anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

5.3. O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o Agente de Contratação/Comissão e os licitantes.

5.4. Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.

5.5. O lance deverá ser ofertado pelo valor global do item.

5.6. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.

5.7. O licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.

5.8. O intervalo mínimo de diferença de valores ou percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser de **0,5% (meio por cento)**.

5.8.1. O percentual de 0,5% assegura uma razoabilidade proporcional, permitindo que a sessão pública seja mais eficiente, sem prejuízo de quaisquer margens de preferência ou desproporcionalidade.

5.9. O licitante poderá, uma única vez, excluir seu último lance ofertado, no intervalo de quinze segundos após o registro no sistema, na hipótese de lance inconsistente ou inexequível.

5.10. O procedimento seguirá de acordo com o modo de disputa adotado: modo de disputa aberto.

5.11. Será adotado para o envio de lances na Concorrência Eletrônica o modo de disputa “aberto”. Os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações.



ESTADO DO PARÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE SALINÓPOLIS
CNPJ: 05.149.166/0001-98

5.11.1.A etapa de lances da sessão pública terá duração de dez minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.

5.11.2.A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o subitem anterior, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.

5.11.3.Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente, e o sistema ordenará e divulgará os lances conforme a ordem final de classificação.

5.11.4.Definida a melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), o Agente de contratação/Comissão, auxiliado pela equipe de apoio, poderá admitir o reinício da disputa aberta, para a definição das demais colocações.

5.11.5.Após o reinício previsto no item supra, os licitantes serão convocados para apresentar lances intermediários.

5.12.Após o término dos prazos estabelecidos nos subitens anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.

5.13.Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.

5.14.Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.

5.15.No caso de desconexão com o Agente de Contratação/Comissão, no decorrer da etapa competitiva da licitação, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.

5.16.Quando a desconexão do sistema eletrônico para o Agente de Contratação/Comissão persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas vinte e quatro horas da comunicação do fato pelo Agente de Contratação/Comissão aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.

5.17.Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.

5.18.Em relação a itens não exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, uma vez encerrada a etapa de lances, será efetivada a verificação automática, junto à Receita Federal, do porte da entidade empresarial. O sistema



ESTADO DO PARÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE SALINÓPOLIS
CNPJ: 05.149.166/0001-98

identificará em coluna própria as microempresas e empresas de pequeno porte participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos [arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006](#), regulamentada pelo [Decreto nº 8.538, de 2015](#).

5.18.1. Nessas condições, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrarem na faixa de até 10% (dez por cento) acima da melhor proposta ou melhor lance serão consideradas empatadas com a primeira colocada.

5.18.2. A melhor classificada nos termos do subitem anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.

5.18.3. Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa e empresa de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de 10% (dez por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.

5.18.4. No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos subitens anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

5.19. Só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances), ou entre lances finais da fase fechada do modo de disputa aberto e fechado.

5.19.1. Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no [art. 60 da Lei nº 14.133, de 2021](#), nesta ordem:

5.19.1.1. Disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação;

5.19.1.2. Avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes, para a qual deverão preferencialmente ser utilizados registros cadastrais para efeito de atesto de cumprimento de obrigações previstos nesta Lei;

5.19.1.3. Desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, conforme regulamento;



ESTADO DO PARÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE SALINÓPOLIS
CNPJ: 05.149.166/0001-98

5.19.1.4.Desenvolvimento pelo licitante de programa de integridade, conforme orientações dos órgãos de controle.

5.19.2.Persistindo o empate, será assegurada preferência, sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por:

5.19.3.Empresas estabelecidas no território do Estado ou do Distrito Federal do órgão ou entidade da Administração Pública estadual ou distrital licitante ou, no caso de licitação realizada por órgão ou entidade de Município, no território do Estado em que este se localize;

5.19.3.1. Empresas brasileiras;

5.19.3.2.Empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;

5.19.3.3.Empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da [Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009](#).

5.20.Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, na hipótese da proposta do primeiro colocado permanecer acima do preço máximo ou inferior ao desconto definido para a contratação, o Agente de Contratação/Comissão poderá negociar condições mais vantajosas, após definido o resultado do julgamento.

5.20.1.A negociação poderá ser feita com os demais licitantes, segundo a ordem de classificação inicialmente estabelecida, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido pela Administração.

5.20.2.A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

5.20.3.O resultado da negociação será divulgado a todos os licitantes e anexado aos autos do processo licitatório.

5.20.4.O Agente de Contratação/Comissão solicitará ao licitante mais bem classificado que, no prazo de 4 (quadro) horas, envie a proposta readequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada dos documentos complementares;

5.20.4.1.Planilha Orçamentária Sintética;

5.20.4.2.Cronograma Físico-Financeiro;

5.20.4.3.Composição da Taxa de Encargos Sociais;

5.20.4.4.Composição da Taxa de B.D.I.;



ESTADO DO PARÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE SALINÓPOLIS
CNPJ: 05.149.166/0001-98

5.20.4.5. Composição de Preços Unitários, com os respectivos valores adequados ao valor final da sua proposta, sob pena de não aceitação da proposta.

5.21. As documentações exigidas inclusive a proposta deverá estar devidamente assinada digitalmente em formato PDF e em formato editável (xls).

5.22. É facultado ao Agente de Contratação/Comissão prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante, antes de findo o prazo.

5.23. Após a negociação do preço, o Agente de Contratação/Comissão iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

6. DA FASE DE JULGAMENTO

6.1. Encerrada a etapa de negociação, o Agente de contratação/Comissão verificará se o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar atende às condições de participação no certame, conforme previsto no [art. 14 da Lei nº 14.133/2021](#), legislação correlata e no item 2.5 do edital, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

6.1.1. Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/ceis>); e

6.1.2. Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/cnep>);

6.1.3. Consulta no Portal eletrônico do TCU, na ferramenta de pesquisa consolidada de pessoa jurídica, disponível no endereço <https://certidoes-apf.apps.tcu.gov.br/>;

6.1.4. Será feita a verificação da situação cadastral do CPF (se está ativo ou não ativo) do proprietário da empresa, que for o administrador, o qual irá assinar a futura contratação caso seja vencedor. O CPF deve estar regular perante a Receita Federal;

6.1.5. Consulta no site <http://www8.receita.fazenda.gov.br/SimplesNacional/aplicacoes.aspx?id=21>;

6.1.6. Consulta da Certidão Negativa Improbidade Administrativa, emitida pelo Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Atos de Improbidade Administrativa, mantido pelo Conselho Nacional de Justiça – CNJ, no endereço eletrônico www.cnj.jus.br/improbidade_adm/consultar_requerido.php (emitida gratuitamente).



ESTADO DO PARÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE SALINÓPOLIS
CNPJ: 05.149.166/0001-98

- 6.2.** A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa licitante e também de seu sócio majoritário, por força da vedação de que trata o [artigo 12 da Lei nº 8.429, de 1992](#).
- 6.3.** Caso conste na Consulta de Situação do licitante a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o Agente de Contratação/Comissão diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas. ([IN nº 3/2018, art. 29, caput](#))
- 6.3.1.** A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros. ([IN nº 3/2018, art. 29, §1º](#)).
- 6.3.2.** O licitante será convocado para manifestação previamente a uma eventual desclassificação. ([IN nº 3/2018, art. 29, §2º](#)).
- 6.3.3.** Constatada a existência de sanção, o licitante será reputado inabilitado, por falta de condição de participação.
- 6.4.** Verificadas as condições de participação, o Agente de Contratação/Comissão examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus anexos, observado o disposto no [artigo 29 a 35 da IN SEGES nº 73, de 30 de setembro de 2022](#).
- 6.5.** Será desclassificada a proposta vencedora que:
- 6.5.1.** Contiver vícios insanáveis;
 - 6.5.2.** Não obedecer às especificações técnicas contidas no Projeto Básico;
 - 6.5.3.** Apresentar preços inexequíveis ou permanecerem acima do preço máximo definido para a contratação;
 - 6.5.4.** Não tiverem sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;
 - 6.5.5.** Apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste Edital ou seus anexos, desde que insanável.
- 6.6.** No caso de obras e serviços de engenharia, serão consideradas inexequíveis as propostas cujos valores forem inferiores a 75% (setenta e cinco por cento) do valor orçado pela Administração conforme o § 4º do art. 59 da Lei 14.133/2021.
- 6.6.1.** A inexequibilidade, na hipótese de que trata o caput, só será considerada após diligência do Agente de Contratação/Comissão, que comprove:
- 6.6.1.1.** Que o custo do licitante ultrapassa o valor da proposta; e



ESTADO DO PARÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE SALINÓPOLIS
CNPJ: 05.149.166/0001-98

6.6.1.2. Inexistirem custos de oportunidade capazes de justificar o vulto da oferta.

6.7. Em contratação de obras e serviços de engenharia, além das disposições acima, a análise de exequibilidade e sobre preço considerará o seguinte:

6.7.1. No regime de empreitada por preço unitário, a caracterização do sobre preço se dará pela superação do valor global estimado e pela superação de custo unitário tido como relevante, conforme planilha anexa ao edital;

6.8. Será exigida garantia adicional do licitante vencedor cuja proposta for inferior a 85% (oitenta e cinco por cento) do valor orçado pela Administração, equivalente à diferença entre este último e o valor da proposta, sem prejuízo das demais garantias exigíveis de acordo com a Lei.

Nota explicativa: Garantia Adicional = $(0,85 \times \text{Valor orçado}) - \text{Valor da proposta}$.

6.9. Se houver indícios de inexecução da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, para que a empresa comprove a exequibilidade da proposta.

6.10. Caso o custo global estimado do objeto licitado tenha sido decomposto em seus respectivos custos unitários por meio de Planilha de Custos e Formação de Preços elaborada pela Administração, o licitante classificado em primeiro lugar será convocado para apresentar as documentações solicitadas no **item 5.20.4** e seus subitens desde edital:

6.11. Erros no preenchimento da planilha não constituem motivo para a desclassificação da proposta. A planilha poderá ser ajustada pelo fornecedor, no prazo de 1 (um) dia útil, com término às 18:00 hrs do dia seguinte, desde que não haja majoração do preço e que se comprove que este é o bastante para arcar com todos os custos da contratação;

6.11.1. O ajuste de que trata este dispositivo se limita a sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas;

6.11.2. Considera-se erro no preenchimento da planilha passível de correção a indicação de recolhimento de impostos e contribuições na forma do Simples Nacional, quando não cabível esse regime.

6.12. Para fins de análise da proposta quanto ao cumprimento das especificações do objeto, poderá ser colhida a manifestação escrita do setor requisitante do serviço ou da área especializada no objeto.

7. DA FASE DE HABILITAÇÃO

7.1 EXIGÊNCIAS DE HABILITAÇÃO



ESTADO DO PARÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE SALINÓPOLIS
CNPJ: 05.149.166/0001-98

7.1.1 Para fins de habilitação, deverá o licitante comprovar os seguintes requisitos:

HABILITAÇÃO JURÍDICA:

7.2 Empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

7.3 Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

7.4 Sociedade empresária estrangeira: portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020.

7.5 Sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

7.6 Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária: inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz.

7.7 Sociedade cooperativa: ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, além do registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro 1971.

7.8 Microempreendedor Individual - MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;

7.9 Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

HABILITAÇÃO FISCAL, SOCIAL E TRABALHISTA:



ESTADO DO PARÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE SALINÓPOLIS
CNPJ: 05.149.166/0001-98

7.10 Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas, atualizada para o ano de 2026 e Quadro de Sócios e Administradores (QSA);

7.11 Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.

7.12 A licitante deverá apresentar certidão ou declaração expedida pela Prefeitura Municipal do domicílio da sede da empresa, que ateste que não há registros de inidoneidade, impedimentos ou sanções administrativas impeditivas de participação em licitação no âmbito daquele ente federativo;

7.13 Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

7.14 Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

7.15 Prova de inscrição no cadastro de contribuintes Estadual/Distrital e Municipal relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

7.16 Prova de regularidade com a Fazenda Estadual/Distrital do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

7.17 Prova de regularidade com a Fazenda Municipal do domicílio ou sede do fornecedor e da contratante;

7.18 Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos Estadual/Distrital e Municipal relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

7.19 O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.



ESTADO DO PARÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE SALINÓPOLIS
CNPJ: 05.149.166/0001-98

7.20 Declaração que não empresa menor, conforme Art. 7, inciso XXXIII, da CF/88.

7.21 Declaração de não ser Servidor Público e de inexistência de nepotismo.

QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA

A EMPRESA DEVERÁ APRESENTAR:

7.22 Certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica;

7.23 No caso de empresa que esteja em processo de recuperação judicial, em homenagem a decisão do STJ proferida no AREsp 309.867/ES, Dje 8/8/18, e Acortão nº1201/2020-Plenário/TCU, a exigência da certidão negativa será relativizada a fim de possibilitar a participação da empresa no certame, desde que demonstre, na fase de habilitação, a sua viabilidade econômica, por meio de certidão emitida pela instância judicial competente, que evidencie que a empresa está apta, econômica e financeiramente, para participar de procedimento licitatório.

7.24 Balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais, já exigíveis e apresentados na forma da lei, que comprovem a boa situação financeira da empresa, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, podendo ser atualizados por índices oficiais quando encerrado há mais de 3 (três) meses da data da apresentação da proposta.

7.25 A boa situação financeira da empresa deverá ser comprovada pela análise dos Índices de Liquidez Geral (LG) igual ou acima de 1,0 (um vírgula zero) e Liquidez Corrente (LC) igual ou maior que 1,0 (um vírgula zero) e o índice de solvência geral (SG) igual ou maior que 1,0 (um vírgula zero), com os valores extraídos de seu balanço patrimonial, resultantes da aplicação das fórmulas abaixo:

a) Índice de Liquidez Geral (LG) igual ou acima de 1,0 (um vírgula zero), obtido pela fórmula: $AC + RLP$

$$LG = \frac{AC + RLP}{PC + ELP} = > 1,0$$

b) Índice de Liquidez Corrente (LC) igual ou acima de 1,0 (um vírgula zero), obtido pela fórmula:

$$LC = \frac{AC}{PC} = > 1,0$$

c) Índice de Solvência Geral (SG) igual ou acima de 1,0 (um vírgula zero), obtido pela fórmula:

$$SG = \frac{AT}{PC + ELP} = > 1,0$$



ESTADO DO PARÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE SALINÓPOLIS
CNPJ: 05.149.166/0001-98

AC – Ativo circulante
RLP – Realizável em longo prazo
PC – Passivo circulante
ELP – Exigível em longo prazo
AT – Ativo total

7.26 No caso de empresa constituída no exercício social vigente, admite-se a apresentação de balanço patrimonial e demonstrações contábeis referentes ao período de existência da sociedade;

7.27 Caso o licitante seja cooperativa, tais documentos deverão ser acompanhados da última auditoria contábil-financeira, conforme dispõe o artigo 112 da Lei nº 5.764, de 1971, ou de uma declaração, sob as penas da lei, de que tal auditoria não foi exigida pelo órgão fiscalizador;

7.28 Em se tratando de Microempresas ou Empresas de Pequeno Porte, estas devem apresentar o balanço patrimonial, não restando a obrigação do registro na Junta comercial do Estado da licitante.

7.29 Documentação Complementar:

7.30 Declaração de que está ciente e concorda com as condições contidas neste Edital e seus anexos, bem como de que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no referido documento, para todos os efeitos legais, sob pena de aplicação das sanções cabíveis.

7.31 Declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

7.32 Declaração da própria empresa de que não possui em seu quadro de pessoal e societário, servidor público do Poder Executivo Estadual exercendo funções de gerência ou administração, conforme art. 1º, inciso X da Lei Complementar Estadual nº 04/1990, ou servidor do contratante em qualquer função, nos termos do art. 9º, § 1º da Lei nº 14.133/2021;

7.33 Declaração de que não há sanções vigentes que legalmente proíbam a participante de licitar e/ou contratar com o contratante.

7.34 Declaração de que não possui, em sua cadeia produtiva, empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal, bem como no art. 14, inciso VI da Lei nº 14.133/2021

7.35 Declaração de que atende aos requisitos de habilitação, e que o declarante responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei.

7.36 Declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

7.37 Declaração do licitante de que conhece o local ou as condições de execução do contrato, assinada pelo responsável técnico e representante da empresa.



ESTADO DO PARÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE SALINÓPOLIS
CNPJ: 05.149.166/0001-98

7.38 Caberá a realização de diligência após a entrega dos documentos de habilitação para complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes e desde que necessária para apurar fatos existentes à época da abertura do certame e atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas.

7.39 Após a entrega dos documentos para habilitação, não será permitida a substituição ou a apresentação de novos documentos (art. 64 da Lei 14.133/2021).

7.40 **Microempresa E Empresa De Pequeno Porte:** poderá ser anexado como documento comprobatório do licitante que utilizará os benefícios da lei Complementar nº 123/2006 deverá apresentar **juntamente com a habilitação**, declaração, sob as penas da Lei, de que é beneficiária da Lei Complementar nº 123/2006, e posteriores alterações.

a. Uma vez constatada a existência de alguma restrição no que tange à regularidade fiscal e trabalhista da microempresa ou empresa de pequeno porte, a mesma terá sua habilitação condicionada à apresentação de nova documentação, que comprove a sua regularidade em cinco dias úteis, da sessão em que foi declarada como vencedora do certame. O prazo poderá ser prorrogado por igual período, a critério da administração pública, quando requerida pelo licitante, mediante apresentação de justificativa.

b. A não regularização fiscal e trabalhista no prazo previsto no subitem anterior acarretará a inabilitação do licitante, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital, sendo facultada a convocação dos licitantes remanescentes, na ordem de classificação. Se, na ordem de classificação, seguir-se outra microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa com alguma restrição na documentação fiscal e trabalhista, será concedido o mesmo prazo para regularização.

c. As propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrarem na faixa de até 5% (cinco por cento) acima da melhor proposta ou melhor lance serão consideradas empatadas com a primeira colocada.

d. Os participantes deverão encaminhar os documentos constante nos itens 10.11.; 10.13. e 10.15. em nome da empresa licitante e também de seus sócios, por força do artigo 12 da Lei nº 8.429, de 1992, que prevê, dentre as sanções impostas ao responsável pela prática de ato de improbidade administrativa, a proibição de contratar com o Poder Público, inclusive por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário.

DA CAPACIDADE TÉCNICA:

7.41. Apresentação de Atestado (s) de Capacidade Técnica expedido (s) por pessoa jurídica de direito público ou privado, em papel que identifique o (s) mesmo (s), assinados, datados e os signatários devidamente identificados com o nome completo e cargo, que comprove que a empresa licitante executa ou executou serviço pertinente e compatível em características ao objeto desta licitação:



ESTADO DO PARÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE SALINÓPOLIS
CNPJ: 05.149.166/0001-98

- a. Identificação completa do emissor do atestado (nome da empresa/órgão, CNPJ, endereço, telefone);
- b. Nome e cargo do responsável pela emissão do atestado;
- c. Data de emissão do atestado;
- d. Assinatura digital mediante o uso de um certificado digital válido, emitido por uma Autoridade Certificadora da ICP-Brasil do responsável pela emissão ou assinatura física com reconhecimento em cartório.

7.42 As certidões que não apresentarem em seu teor, data de validade previamente estabelecida pelo órgão expedidor, deverão ter sido expedidas até 30 (trinta) dias antes da data da sessão pública deste Pregão.

DOCUMENTAÇÃO RELATIVA À CAPACIDADE TÉCNICO-OPERACIONAL:

•7.43. Registro ou inscrição da empresa licitante e de seu(s) responsável(is) técnico(s) no CREA (Conselho Regional de Engenharia e Agronomia), conforme as áreas de atuação previstas no Projeto Básico, em plena validade, devidamente atualizada em todos os seus dados cadastrais e contratuais.

7.44. A qualificação técnica-operacional do licitante deve ser comprovada da seguinte maneira:

7.45. Comprovação de que o licitante executou serviço/obra de características semelhantes ao objeto da licitação, considerando-se as parcelas de maior relevância e valor significativo e os quantitativos mínimos:

Item			Descrição	Unid.	Quant.
8			ESTRADAS VICINAIS		
5.6, 8.6, 10.6, 14.6, 16.6	SINAPI-I	6079	ARGILA, ARGILA VERMELHA OU ARGILA ARENOSA (RETIRADA NA JAZIDA, SEM TRANSPORTE)-ATERRO	M3	9430,72
8.7, 16.7	SINAPI-I	93592	TRANSPORTE COM CAMINHÃO BASCULANTE DE 14 M³, EM VIA URBANA EM REVESTIMENTO PRIMÁRIO (UNIDADE: M3XKM). AF_07/2020-ATERRO	M3	29185,97

7.46. A comprovação será feita por meio de apresentação de no mínimo 1 (um) Atestado de Capacidade Técnica em nome da licitante, emitido por pessoa jurídica de direito público ou privado, com a identificação do declarante e de sua habilitação perante o Sistema CONFEA/CREA.

7.47. Poderá ser suprida pela apresentação da Certidão de Acervo Técnico – CAT (desde que na certidão conste o nome da empresa Licitante) ou Certidão Acervo Operacional (CAO) referente ao Atestado expedida pelo conselho profissional competente.

7.48. Para atendimento do quantitativo exigido no(s) item(ns) acima, será permitido o somatório de atestados de capacidade técnica.



ESTADO DO PARÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE SALINÓPOLIS
CNPJ: 05.149.166/0001-98

7.49. Comprovação que já executou contrato(s) em quantitativo igual ou superior a 50% (cinquenta por cento) do(s) item(ns) de maior relevância técnica e valor significativo.

7.50. O licitante disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados, apresentando, quando solicitado pela Administração, cópia do contrato que deu suporte à contratação, Nota Fiscal, endereço atual da contratante e local em que foram prestados os serviços, entre outros documentos.

DOCUMENTAÇÃO RELATIVA À CAPACIDADE TÉCNICO-PROFISSIONAL:

7.51. Certidão de Acervo Técnico (CAT), emitida pelo CREA da região pertinente, em nome de Responsável(is) Técnico(s) devidamente registrado no CREA, com habilitação em Engenharia Civil, conforme Lei Nº 5.194, de 24 de dezembro de 1966, e que contemple Anotação de Responsabilidade Técnica – ART de serviços com características semelhantes aos descritos neste Projeto Básico, limitadas estas exclusivamente às parcelas de maior relevância técnica e valor significativo do objeto.

7.52. Os responsáveis técnicos e/ou membros da equipe técnica acima elencados deverão pertencer ao quadro da empresa licitante, na data prevista para entrega da proposta, entendendo-se como tal, para fins deste certame, o sócio que comprove seu vínculo por intermédio de contrato social/estatuto social; o administrador ou o diretor; o empregado devidamente registrado em Carteira de Trabalho e Previdência Social; e o prestador de serviços com contrato escrito firmado com a licitante, ou com declaração de compromisso de vinculação contratual futura, caso o licitante se sagre vencedor desta licitação assinada pelo representante legal da empresa e pelo profissional indicado.

7.53 A comprovação de vinculação dos profissionais deverá atender aos seguintes requisitos:

- Sócio: Contrato Social devidamente registrado no órgão competente.
- Diretor: Cópia do Contrato Social, em se tratando de firma individual ou limitada ou cópia da ata de eleição devidamente publicada na imprensa, em se tratando de sociedade anônima;
- Empregado: Cópia atualizada da Carteira de Trabalho e Previdência Social – CTPS ou Contrato de Trabalho em vigor;
- Responsável Técnico: Cópia da Certidão expedida pelo CREA da Sede ou Filial da Licitante onde consta o registro do profissional com RT, com a apresentação de um dos seguintes documentos: Ficha de registro do empregado – RE, devidamente registrada no Ministério do Trabalho; ou Carteira de Trabalho e Previdência Social – CTPS, em nome do profissional; ou Contrato Social ou último aditivo se houver; ou Contrato de



ESTADO DO PARÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE SALINÓPOLIS
CNPJ: 05.149.166/0001-98

prestação de serviços sem vínculo empregatícios e Profissional contratado: contrato de prestação de serviço regido pela legislação civil;

O(s) profissional(is) indicado(s) na forma supra deverá(ão) participar do serviço objeto do contrato, e será admitida a sua substituição por profissionais de experiência equivalente ou superior, desde que aprovada pela Administração (§ 6º do art. 67 da Lei nº 14.133, de 2021).

Não serão admitidos atestados de responsabilidade técnica de profissionais que, na forma de regulamento, tenham dado causa à aplicação das sanções previstas nos incisos III e IV do caput do art. 156 desta Lei em decorrência de orientação proposta, de prescrição técnica ou de qualquer ato profissional de sua responsabilidade.

A qualificação técnica-profissional do engenheiro Civil deve ser comprovada da seguinte maneira:

- Comprovação de que o profissional executou serviço/obra de características semelhantes ao objeto da licitação, considerando-se as parcelas de maior relevância a saber:

Item			Descrição	Unid.
8			ESTRADAS VICINAIS	
5.6, 8.6, 10.6, 14.6, 16.6	SINAPI-I	6079	ARGILA, ARGILA VERMELHA OU ARGILA ARENOSA (RETIRADA NA JAZIDA, SEM TRANSPORTE)-ATERRO	M3
8.7, 16.7	SINAPI-I	93592	TRANSPORTE COM CAMINHÃO BASCULANTE DE 14 M³, EM VIA URBANA EM REVESTIMENTO PRIMÁRIO (UNIDADE: M3XKM). AF_07/2020-ATERRO	M3

- A comprovação será feita por meio de apresentação de no mínimo 1 (um) Certidão de Acervo Técnico – CAT em nome do Profissional, emitida expedida pelo Conselho profissional competente do Sistema CONFEA/CREA.

8 DOS RECURSOS

8.1. A interposição de recurso referente ao julgamento das propostas, à habilitação ou inabilitação de licitantes, à anulação ou revogação da licitação, observará o disposto no [art. 165 da Lei nº 14.133, de 2021](#).

8.2. O prazo recursal é de 3 (três) dias úteis, contados da data de intimação ou de lavratura da ata.

8.3 Quando o recurso apresentado impugnar o julgamento das propostas ou o ato de habilitação ou inabilitação do licitante:



ESTADO DO PARÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE SALINÓPOLIS
CNPJ: 05.149.166/0001-98

8.4 A intenção de recorrer deverá ser manifestada imediatamente, sob pena de preclusão;

8.4.1 O prazo para a manifestação da intenção de recorrer será de 10 (dez) minutos.

8.4.2 O prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inabilitação;

8.5 Os recursos deverão ser encaminhados em campo próprio do sistema.

8.6 O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, a qual poderá reconsiderar sua decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, encaminhar recurso para a autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

8.7 Os recursos interpostos fora do prazo não serão conhecidos.

8.8 O prazo para apresentação de contrarrazões ao recurso pelos demais licitantes será de 3 (três) dias úteis, contados da data da intimação pessoal ou da divulgação da interposição do recurso, assegurada a vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

8.9 O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

8.10 O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.

8.11 Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados no sítio eletrônico <https://www.gov.br/compras/>, <https://salinopolis.pa.gov.br/> e <https://www.tcm.pa.gov.br/>

9 DA ASSINATURA, VIGENCIA DO CONTRATO E DO PRAZO CONTRATUAL

9.1. O contrato terá vigência de 12 (doze) meses, iniciada com a publicação de seu extrato no Diário Oficial da União, podendo ser prorrogada essa vigência de acordo com o preceituado no art. 107, da Lei nº 14.133/2021 e desde que devidamente justificado pela SEMUSS/PMS.

9.2. O prazo de execução será de 6 (seis) meses, contados a partir do décimo dia útil subsequente à assinatura do contrato.

9.3. A execução do objeto contratual ficará condicionada à apresentação, pela contratada, da Licença Ambiental de Operação, em conformidade com a Lei nº 6.938/1981 e com as Resoluções do Conselho Estadual de Meio Ambiente – COEMA nº



ESTADO DO PARÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE SALINÓPOLIS
CNPJ: 05.149.166/0001-98

117, de 25 de novembro de 2014, e nº 162, de 02 de fevereiro de 2021, vigente na data de abertura da sessão pública, acompanhada da respectiva publicação em diário oficial e da certidão negativa de débitos ambientais, quando aplicável.

10 DA FORMAÇÃO DO CADASTRO DE RESERVA

10.1 Após a homologação da licitação, será incluído na ata, na forma de anexo, o registro:

10.1.1 Dos licitantes que aceitarem cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário, observada a classificação na licitação; e

10.1.2 Dos licitantes que mantiverem sua proposta original.

10.2 Será respeitada, nas contratações, a ordem de classificação dos licitantes ou fornecedores registrados na ata.

10.3 A apresentação de novas propostas na forma deste item não prejudicará o resultado do certame em relação ao licitante mais bem classificado.

10.4 Para fins da ordem de classificação, os licitantes ou fornecedores que aceitarem cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário antecederão aqueles que mantiverem sua proposta original.

10.5 A habilitação dos licitantes que comporão o cadastro de reserva será efetuada quando houver necessidade de contratação dos licitantes remanescentes, nas seguintes hipóteses:

10.5.1 Quando o licitante vencedor não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidos no edital; ou

10.5.2 Quando houver o cancelamento do registro do fornecedor ou do registro de preços, nas hipóteses previstas nos art. 28 e art. 29 do Decreto nº 11.462/23.

10.6 Na hipótese de nenhum dos licitantes que aceitaram cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário concordar com a contratação nos termos em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado, a Administração, observados o valor estimado e a sua eventual atualização na forma prevista no edital, poderá:



ESTADO DO PARÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE SALINÓPOLIS
CNPJ: 05.149.166/0001-98

10.6.1 Convocar os licitantes que mantiveram sua proposta original para negociação, na ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço do adjudicatário; ou

10.6.2 Adjudicar e firmar o contrato nas condições ofertadas pelos licitantes remanescentes, observada a ordem de classificação, quando frustrada a negociação de melhor condição.

11 DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES

11.1 Comete infração administrativa, nos termos da lei, o licitante que, com dolo ou culpa:

11.1.1 Deixar de entregar a documentação exigida para o certame ou não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pelo Agente de Contratação/Comissão durante o certame;

11.1.2 Salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, não manter a proposta em especial quando:

11.1.2.1 Não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação;

11.1.2.2 Recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível;

11.1.2.3 Pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva;

11.1.2.4 Apresentar proposta em desacordo com as especificações do edital;

11.1.3 Não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

11.1.3.1 Recusar-se, sem justificativa, a assinar o contrato, ou a aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração;

11.1.4 Apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação

11.1.5 Fraudar a licitação

11.1.6 Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando:

11.1.6.1 Induzir deliberadamente a erro no julgamento;

11.1.7 Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação

11.1.8 Praticar ato lesivo previsto no [art. 5º da Lei n.º 12.846, de 2013](#).



ESTADO DO PARÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE SALINÓPOLIS
CNPJ: 05.149.166/0001-98

11.2 Com fulcro na [Lei nº 14.133, de 2021](#), a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar aos licitantes e/ou adjudicatários as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:

11.2.1 Advertência;

11.2.2 Multa;

11.2.3 Impedimento de licitar e contratar; e

11.2.4 Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

11.3 Na aplicação das sanções serão considerados:

11.3.1 A natureza e a gravidade da infração cometida.

11.3.2 As peculiaridades do caso concreto;

11.3.3 As circunstâncias agravantes ou atenuantes;

11.3.4 Os danos que dela provierem para a Administração Pública;

11.3.5 A implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

11.4 A multa será recolhida em percentual de 0,5% a 30% incidente sobre o valor do contrato licitado, recolhida no prazo máximo de 30 (trinta) dias úteis, a contar da comunicação oficial.

11.4.1 Para as infrações previstas nos itens 11.1.1, 11.1.2 e 11.1.3, a multa será de 0,5% a 30% do valor do contrato licitado.

11.4.2 Para as infrações previstas nos itens 11.1.4, 11.1.5, 11.1.6, 11.1.7 e 11.1.8, a multa será de 0,5% a 30% do valor do contrato licitado.

11.5 As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à penalidade de multa.

11.6 Na aplicação da sanção de multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

11.7 A sanção de impedimento de licitar e contratar será aplicada ao responsável em decorrência das infrações administrativas relacionadas nos itens 11.1.1, 11.1.2 e 11.1.3, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável



ESTADO DO PARÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE SALINÓPOLIS
CNPJ: 05.149.166/0001-98

de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo a qual pertencer o órgão ou entidade, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.

11.8 Poderá ser aplicada ao responsável a sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, em decorrência da prática das infrações dispostas nos itens 11.1.4, 11.1.5, 11.1.6, 11.1.7 e 11.1.8, bem como pelas infrações administrativas previstas nos itens 11.1.1, 11.1.2 e 11.1.3 que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção de impedimento de licitar e contratar, cuja duração observará o prazo previsto no [art. 156, §5º, da Lei n.º 14.133/2021](#).

11.9 A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades e à imediata perda da garantia de proposta em favor do órgão ou entidade promotora da licitação, nos termos do [art. 45, §4º da IN SEGES/ME n.º 73, de 2022](#).

11.10 A apuração de responsabilidade relacionadas às sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar demandará a instauração de processo de responsabilização a ser conduzido por comissão composta por 2 (dois) ou mais servidores estáveis, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante ou o adjudicatário para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.

11.11 Caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis da aplicação das sanções de advertência, multa e impedimento de licitar e contratar, contado da data da intimação, o qual será dirigido à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, que, se não a reconsiderar no prazo de 5 (cinco) dias úteis, encaminhará o recurso com sua motivação à autoridade superior, que deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

11.12 Caberá a apresentação de pedido de reconsideração da aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, e decidido no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do seu recebimento.

11.13 O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

11.14 A aplicação das sanções previstas neste edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados.



ESTADO DO PARÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE SALINÓPOLIS
CNPJ: 05.149.166/0001-98

12 DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO

12.1 Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar este Edital por irregularidade na aplicação da [Lei nº 14.133, de 2021](#), devendo protocolar o pedido até 3 (três) dias úteis antes da data da abertura do certame.

12.2 A resposta à impugnação ou ao pedido de esclarecimento será divulgado em sítio eletrônico oficial no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.

12.3 A impugnação e o pedido de esclarecimento poderão ser realizados por forma eletrônica, exclusivamente pelo e-mail: cpl@salinopolis.pa.gov.br, preferencialmente no formato Word(doc ou docx) e PDF (pdf.), tendo em vista que o texto da impugnação deverá ser disponibilizado no Portal de Compras.gov.

12.4 As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.

12.5 A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo agente de contratação, nos autos do processo de licitação.

12.6 Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame.

12.7 As respostas dos pedidos de esclarecimentos e impugnação deverão ser divulgadas no Portal Compras.gov.

13 DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

13.1 Será divulgada ata da sessão pública no sistema eletrônico, site da Prefeitura Municipal de SALINÓPOLIS/PA e site do TCM/PA.

13.2 Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo Agente de Contratação/ Comissão.

13.3 Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília - DF.

13.4 A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.



ESTADO DO PARÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE SALINÓPOLIS
CNPJ: 05.149.166/0001-98

13.5 As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

13.6 Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

13.7 Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.

13.8 O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.

13.9 Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Edital.

13.10 O Edital e seus anexos estão disponíveis, na íntegra, no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e endereço eletrônico Licitanet (<https://www.licitanet.com.br>), Site da Prefeitura Municipal de SALINÓPOLIS/PA e Site do TCM/PA (<https://www.tcmpa.tc.br/mural-de-licitacoes>).

14 DOS ANEXOS:

14.1 Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:

14.1.1 Anexo I – Pasta Técnica - Projeto Básico e Anexos

14.1.2 Anexo II – Minuta do Termo de Contrato

14.1.3 Anexo III – Modelo – Carta-Proposta

Salinópolis/Pará, 03 de fevereiro de 2026.

RENAN MONTEIRO DOS SANTOS
Agente de Contratação /CPL/PMS
Portaria nº 080/2025-GAB/PMS



ESTADO DO PARÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE SALINÓPOLIS
CNPJ: 05.149.166/0001-98



ESTADO DO PARÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE SALINÓPOLIS
OBRA: EXECUÇÃO DE OBRAS E SERVIÇOS DE ENGENHARIA PARA ESTRADAS VICINAIS
CONVÊNIO: Nº 968964/2024

ORÇAMENTO PARA CONSERVAÇÃO PREVENTIVA DE ESTRADAS VICINAIS C/ USO DE JAZIDA									
SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO E RECUPERAÇÃO DE ESTRADAS VICINAIS									
DATA REF.:	SINAPI-PA AGOSTO/2025-DESONERADO; SEOP-PA FEVEREIRO/2025; SICRO3 ABRIL/2025-DESONERADO				BDI%:	28,44%	COM DESONERAÇÃO		
Item	Código	Banco de Dados	Descrição	Unid.	Quant.	Custo unitário (R\$)	Preço unitário com BDI (R\$)	Preço total com BDI (R\$)	Peso (%)
1	SERVIÇO PRELIMINAR							R\$ 29.566,08	1,51%
1.1	SINAPI	103689	FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO DE PLACA DE OBRA COM CHAPA GALVANIZADA E ESTRUTURA DE MADEIRA. AF_03/2022_PS	M2	18,00	R\$ 468,14	R\$ 601,28	R\$ 10.823,04	0,55%
1.2	SEDOP	10767	Barracão de madeira (incl. instalações)	m²	16,00	R\$ 912,05	R\$ 1.171,44	R\$ 18.743,04	0,96%
2	MOBILIZAÇÃO E DESMOBILIZAÇÃO							R\$ 15.843,18	0,81%
2.1	CPU	CPU01	MOBILIZAÇÃO DE EQUIPAMENTOS	UNI	1,00	R\$ 6.167,54	R\$ 7.921,59	R\$ 7.921,59	0,40%
2.2	CPU	CPU01	DESMOBILIZAÇÃO DE EQUIPAMENTOS	UNI	1,00	R\$ 6.167,54	R\$ 7.921,59	R\$ 7.921,59	0,40%
3	ADMINISTRAÇÃO DA OBRA							R\$ 66.927,12	3,42%
3.1	CPU	CPU02	ADMINISTRAÇÃO DA OBRA	UNI	1,00	R\$ 52.107,68	R\$ 66.927,10	R\$ 66.927,12	3,42%
4	VICINAL ARAPIRANGA -LOCAÇÃO							R\$ 5.034,95	0,26%
4.1	CPU	CPU03	LOCAÇÃO DE PAVIMENTAÇÃO	M	4340,47	R\$ 0,90	R\$ 1,16	R\$ 5.034,95	0,26%
5	VICINAL ARAPIRANGA - TERRAPLENAGEM							R\$ 294.472,12	15,05%
5.1	SINAPI	98525	LIMPEZA MECANIZADA DE CAMADA VEGETAL, VEGETAÇÃO E PEQUENAS ÁRVORES (DIÂMETRO DE TRONCO MENOR QUE 0,20 M), COM TRATOR DE ESTEIRAS. AF_03/2024	M2	8680,94	R\$ 0,67	R\$ 0,86	R\$ 7.465,61	0,38%
5.2	SINAPI	101117	ESCAVAÇÃO HORIZONTAL EM SOLO DE 1A CATEGORIA COM TRATOR DE ESTEIRAS (347HP/LÂMINA: 8,70M3). AF_07/2020-BOTA FORA	M3	182,22	R\$ 3,40	R\$ 4,37	R\$ 796,30	0,04%
5.3	SINAPI	93592	TRANSPORTE COM CAMINHÃO BASCULANTE DE 14 M³, EM VIA URBANA EM REVESTIMENTO PRIMÁRIO (UNIDADE: M3XKM). AF_07/2020-BOTA FORA	M3XKM	517,10	R\$ 2,46	R\$ 3,16	R\$ 1.634,04	0,08%
5.4	SINAPI	100574	ESPALHAMENTO DE MATERIAL COM TRATOR DE ESTEIRAS. AF_09/2024-BOTA FORA	M3	182,22	R\$ 1,42	R\$ 1,82	R\$ 331,64	0,02%
5.5	SINAPI	101117	ESCAVAÇÃO HORIZONTAL EM SOLO DE 1A CATEGORIA COM TRATOR DE ESTEIRAS (347HP/LÂMINA: 8,70M3). AF_07/2020-ATERRO	M3	3524,97	R\$ 3,40	R\$ 4,37	R\$ 15.404,12	0,79%
5.6	SINAPI-I	6079	ARGILA, ARGILA VERMELHA OU ARGILA ARENOSA (RETIRADA NA JAZIDA, SEM TRANSPORTE)-ATERRO	M3	3524,97	R\$ 38,76	R\$ 49,78	R\$ 175.473,01	8,97%
5.7	SINAPI	93592	TRANSPORTE COM CAMINHÃO BASCULANTE DE 14 M³, EM VIA URBANA EM REVESTIMENTO PRIMÁRIO (UNIDADE: M3XKM). AF_07/2020-ATERRO	M3XKM	10003,14	R\$ 2,46	R\$ 3,16	R\$ 31.609,92	1,62%
5.8	SINAPI	100574	ESPALHAMENTO DE MATERIAL COM TRATOR DE ESTEIRAS. AF_09/2024-ATERRO	M3	3524,97	R\$ 1,42	R\$ 1,82	R\$ 6.415,45	0,33%
5.9	SINAPI	96385	EXECUÇÃO E COMPACTAÇÃO DE CORPO DE ATERRO DE ATERRO (95% DE ENERGIA DO PROCTOR NORMAL) COM SOLO PREDOMINANTEMENTE ARGILOSO ESPESSURA 15 CM - EXCLUSIVE MATERIAL, ESCAVAÇÃO, CARGA E TRANSPORTE. AF_09/2024-ATERRO	M3	3524,97	R\$ 12,22	R\$ 15,70	R\$ 55.342,03	2,83%
6	VICINAL ARAPIRANGA - DRENAGEM							R\$ 51.366,05	2,62%
6.1	SICRO3	1600438	Demolição manual de concreto armado	m³	0,68	R\$ 628,36	R\$ 807,07	R\$ 548,81	0,03%
6.2	SINAPI	102752	BOCA PARA BUEIRO SIMPLES TUBULAR D = 100 CM EM CONCRETO, ALAS COM ESCONDADE DE 30°, INCLUINDO FÓRMAS E MATERIAIS. AF_07/2021	UNI	2,00	R\$ 8.239,09	R\$ 10.582,29	R\$ 21.164,58	1,08%

6.3	SINAPI	102755	BOCA PARA BUEIRO DUPLO TUBULAR D = 100 CM EM CONCRETO, ALAS COM ESCONSDADE DE 30°, INCLUINDO FÔRMAS E MATERIAIS. AF_07/2021	UNI	2,00	R\$ 11.543,39	R\$ 14.826,33	R\$ 29.652,66	1,52%
7	VICINAL SANTA ROSA/MACAPAZINHO - LOCAÇÃO							R\$ 3.118,88	0,16%
7.1	CPU	CPU03	LOCAÇÃO DE PAVIMENTAÇÃO	M	2688,69	R\$ 0,90	R\$ 1,16	R\$ 3.118,88	0,16%
8	VICINAL SANTA ROSA/MACAPAZINHO - TERRAPLENAGEM							R\$ 311.369,46	15,91%
8.1	SINAPI	98525	LIMPEZA MECANIZADA DE CAMADA VEGETAL, VEGETAÇÃO E PEQUENAS ÁRVORES (DIÂMETRO DE TRONCO MENOR QUE 0,20 M), COM TRATOR DE ESTEIRAS. AF_03/2024	M2	5377,38	R\$ 0,67	R\$ 0,86	R\$ 4.624,55	0,24%
8.2	SINAPI	101117	ESCAVAÇÃO HORIZONTAL EM SOLO DE 1A CATEGORIA COM TRATOR DE ESTEIRAS (347HP/LÂMINA: 8,70M3). AF_07/2020-BOTA FORA	M3	45,65	R\$ 3,40	R\$ 4,37	R\$ 199,49	0,01%
8.3	SINAPI	93592	TRANSPORTE COM CAMINHÃO BASCULANTE DE 14 M³, EM VIA URBANA EM REVESTIMENTO PRIMÁRIO (UNIDADE: M3XKM). AF_07/2020-BOTA FORA	M3XKM	500,12	R\$ 2,46	R\$ 3,16	R\$ 1.580,38	0,08%
8.4	SINAPI	100574	ESPALHAMENTO DE MATERIAL COM TRATOR DE ESTEIRAS. AF_09/2024-BOTA FORA	M3	45,65	R\$ 1,42	R\$ 1,82	R\$ 83,08	0,00%
8.5	SINAPI	101117	ESCAVAÇÃO HORIZONTAL EM SOLO DE 1A CATEGORIA COM TRATOR DE ESTEIRAS (347HP/LÂMINA: 8,70M3). AF_07/2020-ATERRO	M3	2868,42	R\$ 3,40	R\$ 4,37	R\$ 12.535,00	0,64%
8.6	SINAPI-I	6079	ARGILA, ARGILA VERMELHA OU ARGILA ARENOSA (RETIRADA NA JAZIDA, SEM TRANSPORTE)-ATERRO	M3	2868,42	R\$ 38,76	R\$ 49,78	R\$ 142.789,95	7,30%
8.7	SINAPI	93592	TRANSPORTE COM CAMINHÃO BASCULANTE DE 14 M³, EM VIA URBANA EM REVESTIMENTO PRIMÁRIO (UNIDADE: M3XKM). AF_07/2020-ATERRO	M3XKM	31424,78	R\$ 2,46	R\$ 3,16	R\$ 99.302,30	5,07%
8.8	SINAPI	100574	ESPALHAMENTO DE MATERIAL COM TRATOR DE ESTEIRAS. AF_09/2024-ATERRO	M3	2868,42	R\$ 1,42	R\$ 1,82	R\$ 5.220,52	0,27%
8.9	SINAPI	96385	EXECUÇÃO E COMPACTAÇÃO DE CORPO DE ATERRO DE ATERRO (95% DE ENERGIA DO PROCTOR NORMAL) COM SOLO PREDOMINANTEMENTE ARGILOSO ESPESSURA 15 CM - EXCLUSIVE MATERIAL, ESCAVAÇÃO, CARGA E TRANSPORTE. AF_09/2024-ATERRO	M3	2868,42	R\$ 12,22	R\$ 15,70	R\$ 45.034,19	2,30%
9	VICINAL JOACAIA - LOCAÇÃO							R\$ 4.211,12	0,22%
9.1	CPU	CPU03	LOCAÇÃO DE PAVIMENTAÇÃO	M	3630,28	R\$ 0,90	R\$ 1,16	R\$ 4.211,12	0,22%
10	VICINAL JOACAIA - TERRAPLENAGEM							R\$ 284.579,84	14,54%
10.1	SINAPI	98525	LIMPEZA MECANIZADA DE CAMADA VEGETAL, VEGETAÇÃO E PEQUENAS ÁRVORES (DIÂMETRO DE TRONCO MENOR QUE 0,20 M), COM TRATOR DE ESTEIRAS. AF_03/2024	M2	7260,56	R\$ 0,67	R\$ 0,86	R\$ 6.244,08	0,32%
10.2	SINAPI	101117	ESCAVAÇÃO HORIZONTAL EM SOLO DE 1A CATEGORIA COM TRATOR DE ESTEIRAS (347HP/LÂMINA: 8,70M3). AF_07/2020-BOTA FORA	M3	537,00	R\$ 3,40	R\$ 4,37	R\$ 2.346,69	0,12%
10.3	SINAPI	93592	TRANSPORTE COM CAMINHÃO BASCULANTE DE 14 M³, EM VIA URBANA EM REVESTIMENTO PRIMÁRIO (UNIDADE: M3XKM). AF_07/2020-BOTA FORA	M3XKM	2762,29	R\$ 2,46	R\$ 3,16	R\$ 8.728,84	0,45%
10.4	SINAPI	100574	ESPALHAMENTO DE MATERIAL COM TRATOR DE ESTEIRAS. AF_09/2024-BOTA FORA	M3	537,00	R\$ 1,42	R\$ 1,82	R\$ 977,34	0,05%
10.5	SINAPI	101117	ESCAVAÇÃO HORIZONTAL EM SOLO DE 1A CATEGORIA COM TRATOR DE ESTEIRAS (347HP/LÂMINA: 8,70M3). AF_07/2020-ATERRO	M3	3028,53	R\$ 3,40	R\$ 4,37	R\$ 13.234,68	0,68%
10.6	SINAPI-I	6079	ARGILA, ARGILA VERMELHA OU ARGILA ARENOSA (RETIRADA NA JAZIDA, SEM TRANSPORTE)-ATERRO	M3	3028,53	R\$ 38,76	R\$ 49,78	R\$ 150.760,22	7,70%
10.7	SINAPI	93592	TRANSPORTE COM CAMINHÃO BASCULANTE DE 14 M³, EM VIA URBANA EM REVESTIMENTO PRIMÁRIO (UNIDADE: M3XKM). AF_07/2020-ATERRO	M3XKM	15578,53	R\$ 2,46	R\$ 3,16	R\$ 49.228,15	2,52%

10.8	SINAPI	100574	ESPALHAMENTO DE MATERIAL COM TRATOR DE ESTEIRAS. AF_09/2024-ATERRO	M3	3028,53	R\$ 1,42	R\$ 1,82	R\$ 5.511,92	0,28%
10.9	SINAPI	96385	EXECUÇÃO E COMPACTAÇÃO DE CORPO DE ATERRO DE ATERRO (95% DE ENERGIA DO PROCTOR NORMAL) COM SOLO PREDOMINANTEMENTE ARGILOSO ESPESSURA 15 CM - EXCLUSIVE MATERIAL, ESCAVAÇÃO, CARGA E TRANSPORTE. AF_09/2024-ATERRO	M3	3028,53	R\$ 12,22	R\$ 15,70	R\$ 47.547,92	2,43%
11			VICINAL ENSEADA SANTA ROSA - LOCAÇÃO					R\$ 4.486,40	0,23%
11.1	CPU	CPU03	LOCAÇÃO DE PAVIMENTAÇÃO	M	3867,59	R\$ 0,90	R\$ 1,16	R\$ 4.486,40	0,23%
12			VICINAL ENSEADA SANTA ROSA - TERRAPLENAGEM					R\$ 303.231,88	15,50%
12.1	SINAPI	98525	LIMPEZA MECANIZADA DE CAMADA VEGETAL, VEGETAÇÃO E PEQUENAS ÁRVORES (DIÂMETRO DE TRONCO MENOR QUE 0,20 M), COM TRATOR DE ESTEIRAS. AF_03/2024	M2	7735,18	R\$ 0,67	R\$ 0,86	R\$ 6.652,25	0,34%
12.2	SINAPI	101117	ESCAVAÇÃO HORIZONTAL EM SOLO DE 1A CATEGORIA COM TRATOR DE ESTEIRAS (347HP/LÂMINA: 8,70M3). AF_07/2020-BOTA FORA	M3	63,51	R\$ 3,40	R\$ 4,37	R\$ 277,54	0,01%
12.3	SINAPI	93592	TRANSPORTE COM CAMINHÃO BASCULANTE DE 14 M³, EM VIA URBANA EM REVESTIMENTO PRIMÁRIO (UNIDADE: M3XKM). AF_07/2020-BOTA FORA	M3XKM	455,19	R\$ 2,46	R\$ 3,16	R\$ 1.438,40	0,07%
12.4	SINAPI	100574	ESPALHAMENTO DE MATERIAL COM TRATOR DE ESTEIRAS. AF_09/2024-BOTA FORA	M3	63,51	R\$ 1,42	R\$ 1,82	R\$ 115,59	0,01%
12.5	SINAPI	101117	ESCAVAÇÃO HORIZONTAL EM SOLO DE 1A CATEGORIA COM TRATOR DE ESTEIRAS (347HP/LÂMINA: 8,70M3). AF_07/2020-ATERRO	M3	3125,03	R\$ 3,40	R\$ 4,37	R\$ 13.656,38	0,70%
12.6	SINAPI-I	6079	ARGILA, ARGILA VERMELHA OU ARGILA ARENOSA (RETIRADA NA JAZIDA, SEM TRANSPORTE)-ATERRO	M3	3125,03	R\$ 38,76	R\$ 49,78	R\$ 155.563,99	7,95%
12.7	SINAPI	93592	TRANSPORTE COM CAMINHÃO BASCULANTE DE 14 M³, EM VIA URBANA EM REVESTIMENTO PRIMÁRIO (UNIDADE: M3XKM). AF_07/2020-ATERRO	M3XKM	22397,85	R\$ 2,46	R\$ 3,16	R\$ 70.777,21	3,62%
12.8	SINAPI	100574	ESPALHAMENTO DE MATERIAL COM TRATOR DE ESTEIRAS. AF_09/2024-ATERRO	M3	3125,03	R\$ 1,42	R\$ 1,82	R\$ 5.687,55	0,29%
12.9	SINAPI	96385	EXECUÇÃO E COMPACTAÇÃO DE CORPO DE ATERRO DE ATERRO (95% DE ENERGIA DO PROCTOR NORMAL) COM SOLO PREDOMINANTEMENTE ARGILOSO ESPESSURA 15 CM - EXCLUSIVE MATERIAL, ESCAVAÇÃO, CARGA E TRANSPORTE. AF_09/2024-ATERRO	M3	3125,03	R\$ 12,22	R\$ 15,70	R\$ 49.062,97	2,51%
13			VICINAL SANTO ANTÔNIO DE URINDEUA, TRECHO 1 (10,00m) - LOCAÇÃO					R\$ 1.813,90	0,09%
13.1	CPU	CPU03	LOCAÇÃO DE PAVIMENTAÇÃO	M	1563,71	R\$ 0,90	R\$ 1,16	R\$ 1.813,90	0,09%
14			VICINAL SANTO ANTÔNIO DE URINDEUA TRECHO 1 (10,00m) - TERRAPLENAGEM					R\$ 168.536,96	8,61%
14.1	SINAPI	98525	LIMPEZA MECANIZADA DE CAMADA VEGETAL, VEGETAÇÃO E PEQUENAS ÁRVORES (DIÂMETRO DE TRONCO MENOR QUE 0,20 M), COM TRATOR DE ESTEIRAS. AF_03/2024	M2	3127,42	R\$ 0,67	R\$ 0,86	R\$ 2.689,58	0,14%
14.2	SINAPI	101117	ESCAVAÇÃO HORIZONTAL EM SOLO DE 1A CATEGORIA COM TRATOR DE ESTEIRAS (347HP/LÂMINA: 8,70M3). AF_07/2020-BOTA FORA	M3	60,83	R\$ 3,40	R\$ 4,37	R\$ 265,83	0,01%
14.3	SINAPI	93592	TRANSPORTE COM CAMINHÃO BASCULANTE DE 14 M³, EM VIA URBANA EM REVESTIMENTO PRIMÁRIO (UNIDADE: M3XKM). AF_07/2020-BOTA FORA	M3XKM	234,34	R\$ 2,46	R\$ 3,16	R\$ 740,51	0,04%
14.4	SINAPI	100574	ESPALHAMENTO DE MATERIAL COM TRATOR DE ESTEIRAS. AF_09/2024-BOTA FORA	M3	60,83	R\$ 1,42	R\$ 1,82	R\$ 110,71	0,01%
14.5	SINAPI	101117	ESCAVAÇÃO HORIZONTAL EM SOLO DE 1A CATEGORIA COM TRATOR DE ESTEIRAS (347HP/LÂMINA: 8,70M3). AF_07/2020-ATERRO	M3	1964,74	R\$ 3,40	R\$ 4,37	R\$ 8.585,91	0,44%

14.6	SINAPI-I	6079	ARGILA, ARGILA VERMELHA OU ARGILA ARENOSA (RETIRADA NA JAZIDA, SEM TRANSPORTE)-ATERRO	M3	1964,74	R\$ 38,76	R\$ 49,78	R\$ 97.804,76	5,00%
14.7	SINAPI	93592	TRANSPORTE COM CAMINHÃO BASCULANTE DE 14 M³, EM VIA URBANA EM REVESTIMENTO PRIMÁRIO (UNIDADE: M3XKM). AF_07/2020-ATERRO	M3XKM	7568,80	R\$ 2,46	R\$ 3,16	R\$ 23.917,41	1,22%
14.8	SINAPI	100574	ESPALHAMENTO DE MATERIAL COM TRATOR DE ESTEIRAS. AF_09/2024-ATERRO	M3	1964,74	R\$ 1,42	R\$ 1,82	R\$ 3.575,83	0,18%
14.9	SINAPI	96385	EXECUÇÃO E COMPACTAÇÃO DE CORPO DE ATERRO DE ATERRO (95% DE ENERGIA DO PROCTOR NORMAL) COM SOLO PREDOMINANTEMENTE ARGILOSO ESPESSURA 15 CM - EXCLUSIVE MATERIAL, ESCAVAÇÃO, CARGA E TRANSPORTE. AF_09/2024-ATERRO	M3	1964,74	R\$ 12,22	R\$ 15,70	R\$ 30.846,42	1,58%
15	VICINAL VICINAL SANTO ANTÔNIO DE URINDEUA TRECHO 2 (9,00m) - LOCAÇÃO							R\$ 2.566,05	0,13%
15.1	CPU	CPU03	LOCAÇÃO DE PAVIMENTAÇÃO	M	2212,11	R\$ 0,90	R\$ 1,16	R\$ 2.566,05	0,13%
16	VICINAL VICINAL SANTO ANTÔNIO DE URINDEUA TRECHO 2 (9,00m) - TERRAPLENAGEM							R\$ 409.795,80	20,94%
16.1	SINAPI	98525	LIMPEZA MECANIZADA DE CAMADA VEGETAL, VEGETAÇÃO E PEQUENAS ÁRVORES (DIÂMETRO DE TRONCO MENOR QUE 0,20 M), COM TRATOR DE ESTEIRAS. AF_03/2024	M2	4424,22	R\$ 0,67	R\$ 0,86	R\$ 3.804,83	0,19%
16.2	SINAPI	101117	ESCAVAÇÃO HORIZONTAL EM SOLO DE 1A CATEGORIA COM TRATOR DE ESTEIRAS (347HP/LÂMINA: 8,70M3). AF_07/2020-BATE FORA	M3	352,75	R\$ 3,40	R\$ 4,37	R\$ 1.541,52	0,08%
16.3	SINAPI	93592	TRANSPORTE COM CAMINHÃO BASCULANTE DE 14 M³, EM VIA URBANA EM REVESTIMENTO PRIMÁRIO (UNIDADE: M3XKM). AF_07/2020-BOTA FORA	M3XKM	2185,31	R\$ 2,46	R\$ 3,16	R\$ 6.905,58	0,35%
16.4	SINAPI	100574	ESPALHAMENTO DE MATERIAL COM TRATOR DE ESTEIRAS. AF_09/2024-BOTA FORA	M3	352,75	R\$ 1,42	R\$ 1,82	R\$ 642,01	0,03%
16.5	SINAPI	101117	ESCAVAÇÃO HORIZONTAL EM SOLO DE 1A CATEGORIA COM TRATOR DE ESTEIRAS (347HP/LÂMINA: 8,70M3). AF_07/2020-ATERRO	M3	4349,78	R\$ 3,40	R\$ 4,37	R\$ 19.008,54	0,97%
16.6	SINAPI-I	6079	ARGILA, ARGILA VERMELHA OU ARGILA ARENOSA (RETIRADA NA JAZIDA, SEM TRANSPORTE)-ATERRO	M3	4349,78	R\$ 38,76	R\$ 49,78	R\$ 216.532,05	11,06%
16.7	SINAPI	93592	TRANSPORTE COM CAMINHÃO BASCULANTE DE 14 M³, EM VIA URBANA EM REVESTIMENTO PRIMÁRIO (UNIDADE: M3XKM). AF_07/2020-ATERRO	M3XKM	26947,19	R\$ 2,46	R\$ 3,16	R\$ 85.153,12	4,35%
16.8	SINAPI	100574	ESPALHAMENTO DE MATERIAL COM TRATOR DE ESTEIRAS. AF_09/2024-ATERRO	M3	4349,78	R\$ 1,42	R\$ 1,82	R\$ 7.916,60	0,40%
16.9	SINAPI	96385	EXECUÇÃO E COMPACTAÇÃO DE CORPO DE ATERRO DE ATERRO (95% DE ENERGIA DO PROCTOR NORMAL) COM SOLO PREDOMINANTEMENTE ARGILOSO ESPESSURA 15 CM - EXCLUSIVE MATERIAL, ESCAVAÇÃO, CARGA E TRANSPORTE. AF_09/2024-ATERRO	M3	4349,78	R\$ 12,22	R\$ 15,70	R\$ 68.291,55	3,49%
VALOR TOTAL DA OBRA =							R\$ 1.400.371,80		
BDI =							28,44%	R\$ 556.547,99	
VALOR TOTAL DA OBRA COM BDI =							R\$ 1.956.919,79		

Weslen Cristhian Aviz da Costa
Eng. Civil - CREA/PA nº 1517268427



CRONOGRAMA FISICO-FINANCEIRO											
SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO E RECUPERAÇÃO DE ESTRADAS VICINAIS											
ITEM	DISCRIMINAÇÃO DOS SERVIÇOS	R\$ Parcial	PERÍODO								%
			1º Mês	2º Mês	3º Mês	4º Mês	5º Mês	6º Mês	7º Mês	8º Mês	
			30 dias	60 dias	90 dias	120 dias	150 dias	180 dias	210 dias	240 dias	
1	SERVIÇO PRELIMINAR	R\$ 29.566,08	100,00%								1,51%
		R\$ 29.566,08									
2	MOBILIZAÇÃO E DESMOBILIZAÇÃO	R\$ 15.843,18	50,00%							50,00%	0,81%
		R\$ 7.921,59								R\$ 7.921,59	
3	ADMINISTRAÇÃO DA OBRA	R\$ 66.927,12	11,15%	12,56%	9,46%	20,30%	19,30%	14,48%	8,30%	4,45%	3,42%
		R\$ 7.462,37	R\$ 8.406,05	R\$ 6.331,31	R\$ 13.586,21	R\$ 12.916,93	R\$ 9.691,05	R\$ 5.554,95	R\$ 2.978,26		
4	VICINAL ARAPIRANGA -LOCAÇÃO	R\$ 5.034,95	100,00%								0,26%
		R\$ 5.034,95									
5	VICINAL ARAPIRANGA - TERRAPLENAGEM	R\$ 294.472,12	42,00%	42,00%	16,00%						15,05%
		R\$ 123.678,29	R\$ 123.678,29	R\$ 47.115,54							
6	VICINAL ARAPIRANGA - DRENAGEM	R\$ 51.366,05		60,00%	40,00%						2,62%
		R\$ 30.819,63	R\$ 20.546,42								
7	VICINAL SANTA ROSA/MACAPAZINHO - LOCAÇÃO	R\$ 3.118,88	100,00%								0,16%
		R\$ 3.118,88									
8	VICINAL SANTA ROSA/MACAPAZINHO - TERRAPLENAGEM	R\$ 311.369,46	40,00%	40,00%	20,00%						15,91%
		R\$ 124.547,78	R\$ 124.547,78	R\$ 62.273,89							
9	VICINAL JOACAIA - LOCAÇÃO	R\$ 4.211,12				100,00%					0,22%
		R\$ 4.211,12									
10	VICINAL JOACAIA - TERRAPLENAGEM	R\$ 284.579,84				43,00%	43,00%	14,00%			14,54%
		R\$ 122.369,33	R\$ 122.369,33	R\$ 39.841,18							
11	VICINAL ENSEADA SANTA ROSA - LOCAÇÃO	R\$ 4.486,40				100,00%					0,23%
		R\$ 4.486,40									
12	VICINAL ENSEADA SANTA ROSA - TERRAPLENAGEM	R\$ 303.231,88				42,00%	42,00%	16,00%			15,50%
		R\$ 127.357,39	R\$ 127.357,39	R\$ 48.517,10							
13	VICINAL SANTO ANTÔNIO DE URINDEUA, TRECHO 1 (10,00m) - LOCAÇÃO	R\$ 1.813,90						100,00%			0,09%
		R\$ 1.813,90									
14	VICINAL SANTO ANTÔNIO DE URINDEUA TRECHO 1 (10,00m) - TERRAPLENAGEM	R\$ 168.536,96						43,00%	43,00%	14,00%	8,61%
		R\$ 72.470,89	R\$ 72.470,89	R\$ 23.595,17							
15	VICINAL VICINAL SANTO ANTÔNIO DE URINDEUA TRECHO 2 (9,00m) - LOCAÇÃO	R\$ 2.566,05						100,00%			0,13%
		R\$ 2.566,05									
16	VICINAL VICINAL SANTO ANTÔNIO DE URINDEUA TRECHO 2 (9,00m) - TERRAPLENAGEM	R\$ 409.795,80						43,50%	43,50%	13,00%	20,94%
		R\$ 178.261,17	R\$ 178.261,17	R\$ 53.273,45							
	R\$ Mensal	R\$ 1.956.919,79	R\$ 173.663,28	R\$ 290.570,63	R\$ 198.541,05	R\$ 334.284,34	R\$ 262.643,65	R\$ 353.161,34	R\$ 256.287,02	R\$ 87.768,48	100,00%
	% Mensal		8,87%	14,85%	10,15%	17,08%	13,42%	18,05%	13,10%	4,49%	
	R\$ Acumulado		R\$ 173.663,28	R\$ 464.233,91	R\$ 662.774,96	R\$ 997.059,30	R\$ 1.259.702,96	R\$ 1.612.864,30	R\$ 1.869.151,31	R\$ 1.956.919,79	
	% Acumulado		8,87%	23,72%	33,87%	50,95%	64,37%	82,42%	95,51%	100,00%	



MEMÓRIA DE CÁLCULO

1 SERVIÇO PRELIMINAR

1.1	FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO DE PLACA DE OBRA COM CHAPA GALVANIZADA E ESTRUTURA DE MADEIRA. AF_03/2022_PS					
	DESCRIÇÃO	COMP	ALTURA	QUANT	ÁREA	
	PLACA DA OBRA	2,00 m	X 1,50 m	X 6,00	=	18,00 m ²
				TOTAL		18,00 m²

3,00

1.2	Barracão de madeira (incl. instalações)					
	DESCRIÇÃO	COMP	LARGUR A	ÁREA		
	CANTEIRO DE OBRAS	4,00 m	X 4,00 m	=	16,00 m ²	
			TOTAL		16,00 m²	

2 MOBILIZAÇÃO E DESMOBILIZAÇÃO

2.1	MOBILIZAÇÃO DE EQUIPAMENTOS	
	DESCRIÇÃO	QUANT
	MOBILIZAÇÃO	1,00
	TOTAL	1,00

2.2	DESMOBILIZAÇÃO DE EQUIPAMENTOS	
	DESCRIÇÃO	QUANT
	DESMOBILIZAÇÃO	1,00
	TOTAL	1,00

3 ADMINISTRAÇÃO DA OBRA

3.1	ADMINISTRAÇÃO DA OBRA	
	DESCRIÇÃO	QUANT
	EQUIPE TÉCNICA	1,00
	TOTAL	1,00

4 VICINAL ARAPIRANGA -LOCAÇÃO

4.1	LOCAÇÃO DE PAVIMENTAÇÃO	
	DESCRIÇÃO	COMP
	VICINAL DO ARAPIRANGA-RETIRADO DE PROJETO PRANCHA 03/03	4340,47 m
	TOTAL	4340,47 m

5 VICINAL ARAPIRANGA - TERRAPLENAGEM

5.1	LIMPEZA MECANIZADA DE CAMADA VEGETAL, VEGETAÇÃO E PEQUENAS ÁRVORES (DIÂMETRO DE TRONCO MENOR QUE 0,20 M), COM TRATOR DE ESTEIRAS. AF_03/2024					
	DESCRIÇÃO	COMP	LARGUR A	ÁREA		
	VICINAL DO ARAPIRANGA-RETIRADO DE PROJETO PRANCHA 03/03	4340,47 m	X 2,00 m	=	8680,94 m ²	
			TOTAL		8680,94 m²	

5.2	ESCAVAÇÃO HORIZONTAL EM SOLO DE 1A CATEGORIA COM TRATOR DE ESTEIRAS (347HP/LÂMINA: 8,70M3). AF_07/2020-BOTA FORA	
	DESCRIÇÃO	VOL.CORTE
	VICINAL DO ARAPIRANGA-QUANTITATIVO RETIRADO DA COLUNA "VOLUME CORTE ACUMULADO", EST.217+,47 PRESENTE NA PRANCHA 09/09	182,22 m ³
	TOTAL	182,22 m³

5.3	TRANSPORTE COM CAMINHÃO BASCULANTE DE 14 M³, EM VIA URBANA EM REVESTIMENTO PRIMÁRIO (UNIDADE: M3XKM). AF_07/2020-BOTA FORA									
	DESCRIÇÃO	VOL.CORTE		DMT				EMPOL		VOLUME
	VICINAL DO ARAPIRANGA-QUANTITATIVO RETIRADO DA COLUNA "VOLUME CORTE ACUMULADO", EST.217+,47 PRESENTE NA PRANCHA 09/09	182,22 m³	X	0,10 km	+	2,17 km	X	25,00%	=	517,10 m³
	*NOTA: DMT CONSIDERADO COMO A DISTÂNCIA DA JAZIDA + A DISTÂNCIA MÉDIA DA EXTENSÃO DO TRECHO CONTEMPLADO			JAZIDA		DISTÂNCIA MÉDIA VICINAL		TOTAL		517,10 m³

5.4	ESPALHAMENTO DE MATERIAL COM TRATOR DE ESTEIRAS. AF_09/2024-BOTA FORA	
	DESCRIÇÃO	VOL.CORTE
	VICINAL DO ARAPIRANGA-QUANTITATIVO RETIRADO DA COLUNA "VOLUME CORTE ACUMULADO", EST.217+,47 PRESENTE NA PRANCHA 09/09	182,22 m³
	TOTAL	182,22 m³

5.5	ESCAVAÇÃO HORIZONTAL EM SOLO DE 1A CATEGORIA COM TRATOR DE ESTEIRAS (347HP/LÂMINA: 8,70M3). AF_07/2020-ATERRO	
	DESCRIÇÃO	VOL.ATERRO
	VICINAL DO ARAPIRANGA-QUANTITATIVO RETIRADO DA COLUNA "VOLUME ATERRO ACUMULADO", EST.217+,47 PRESENTE NA PRANCHA 09/09	3524,97 m³
	TOTAL	3524,97 m³

5.6	ARGILA, ARGILA VERMELHA OU ARGILA ARENOSA (RETIRADA NA JAZIDA, SEM TRANSPORTE)-ATERRO	
	DESCRIÇÃO	VOL.ATERRO
	VICINAL DO ARAPIRANGA-QUANTITATIVO RETIRADO DA COLUNA "VOLUME ATERRO ACUMULADO", EST.217+,47 PRESENTE NA PRANCHA 09/09	3524,97 m³
	TOTAL	3524,97 m³

5.7	TRANSPORTE COM CAMINHÃO BASCULANTE DE 14 M³, EM VIA URBANA EM REVESTIMENTO PRIMÁRIO (UNIDADE: M3XKM). AF_07/2020-ATERRO									
	DESCRIÇÃO	VOL.ATERRO		DMT				EMPOL		VOLUME
	VICINAL DO ARAPIRANGA-QUANTITATIVO RETIRADO DA COLUNA "VOLUME ATERRO ACUMULADO", EST.217+,47 PRESENTE NA PRANCHA 09/09	3524,97 m³	X	0,10 km	+	2,17 km	X	25,00%	=	10003,14 m³
	*NOTA: DMT CONSIDERADO COMO A DISTÂNCIA DA JAZIDA + A DISTÂNCIA MÉDIA DA EXTENSÃO DO TRECHO CONTEMPLADO			JAZIDA		DISTÂNCIA MÉDIA VICINAL		TOTAL		10003,14 m³

5.8	ESPALHAMENTO DE MATERIAL COM TRATOR DE ESTEIRAS. AF_09/2024-ATERRO	
	DESCRIÇÃO	VOL.ATERRO
	VICINAL DO ARAPIRANGA-QUANTITATIVO RETIRADO DA COLUNA "VOLUME ATERRO ACUMULADO", EST.217+,47 PRESENTE NA PRANCHA 09/09	3524,97 m³
	TOTAL	3524,97 m³

5.9	EXECUÇÃO E COMPACTAÇÃO DE CORPO DE ATERRO DE ATERRO (95% DE ENERGIA DO PROCTOR NORMAL) COM SOLO PREDOMINANTEMENTE ARGILOSO ESPESSURA 15 CM - EXCLUSIVE MATERIAL, ESCAVAÇÃO, CARGA E TRANSPORTE. AF_09/2024-ATERRO	
	DESCRIÇÃO	VOL.ATERRO
	VICINAL DO ARAPIRANGA-QUANTITATIVO RETIRADO DA COLUNA "VOLUME ATERRO ACUMULADO", EST.217+,47 PRESENTE NA PRANCHA 09/09	3524,97 m³
	TOTAL	3524,97 m³

6	VICINAL ARAPIRANGA - DRENAGEM									
---	-------------------------------	--	--	--	--	--	--	--	--	--

6.1	Demolição manual de concreto armado									
	DESCRIÇÃO	ALTURA		COMP		ESPESSURA		VOLUME		
	DEMOLIÇÃO DE ALA DE LANÇAMENTO EXISTENTE	1,50 m	X	3,00 m	X	0,15 m	=	0,68 m³		
						TOTAL		0,68 m³		

6.2	BOCA PARA BUEIRO SIMPLES TUBULAR D = 100 CM EM CONCRETO, ALAS COM ESCONSIDADE DE 30°, INCLUINDO FÔRMAS E MATERIAIS. AF_07/2021	
	DESCRIÇÃO	QUANT
	ALA DE LANÇAMENTO A SER CONSTRUÍDA	2,00
	TOTAL	2,00

6.3	BOCA PARA BUEIRO DUPLO TUBULAR D = 100 CM EM CONCRETO, ALAS COM ESCONSIDADE DE 30°, INCLUINDO FÔRMAS E MATERIAIS. AF_07/2021	
	DESCRIÇÃO	QUANT
	ALA DE LANÇAMENTO A SER CONSTRUÍDA	2,00
	TOTAL	2,00

7	VICINAL SANTA ROSA/MACAPAZINHO - LOCAÇÃO
---	--

7.1	LOCAÇÃO DE PAVIMENTAÇÃO	
	DESCRIÇÃO	COMP
	VICINAL SANTA ROSA/MACAPAZINHO-RETIRADO DE PROJETO PRANCHA 02/02	2688,69 m
	TOTAL	2688,69 m

8	VICINAL SANTA ROSA/MACAPAZINHO - TERRAPLENAGEM
---	--

8.1	LIMPEZA MECANIZADA DE CAMADA VEGETAL, VEGETAÇÃO E PEQUENAS ÁRVORES (DIÂMETRO DE TRONCO MENOR QUE 0,20 M), COM TRATOR DE ESTEIRAS. AF_03/2024				
	DESCRIÇÃO	COMP	LARGUR A		ÁREA
	VICINAL SANTA ROSA/MACAPAZINHO-RETIRADO DE PROJETO PRANCHA 02/02	2688,69 m	X	2,00 m	= 5377,38 m²
	TOTAL				5377,38 m²

8.2	ESCAVAÇÃO HORIZONTAL EM SOLO DE 1A CATEGORIA COM TRATOR DE ESTEIRAS (347HP/LÂMINA: 8,70M3). AF_07/2020-BOTA FORA	
	DESCRIÇÃO	VOL.CORTE
	VICINAL SANTA ROSA/MACAPAZINHO-QUANTITATIVO RETIRADO DA COLUNA "VOLUME CORTE ACUMULADO", EST.134+8,69 PRESENTE NA PRANCHA 04/04	45,65 m³
	TOTAL	45,65 m³

8.3	TRANSPORTE COM CAMINHÃO BASCULANTE DE 14 M³, EM VIA URBANA EM REVESTIMENTO PRIMÁRIO (UNIDADE: M3XKM). AF_07/2020-BOTA FORA						
	DESCRIÇÃO	VOL.CORTE		DMT		EMPOL	VOLUME
	VICINAL SANTA ROSA/MACAPAZINHO-QUANTITATIVO RETIRADO DA COLUNA "VOLUME CORTE ACUMULADO", EST.134+8,69 PRESENTE NA PRANCHA 04/04	45,65 m³	X	7,42 km	+	1,34 km	X 25,00% = 500,12 m³
	*NOTA: DMT CONSIDERADO COMO A DISTÂNCIA DA JAZIDA + A DISTÂNCIA MÉDIA DA EXTENSÃO DO TRECHO CONTEMPLADO			JAZIDA 1		DISTÂNCIA MÉDIA VICINAL	TOTAL 500,12 m³

8.4	ESPALHAMENTO DE MATERIAL COM TRATOR DE ESTEIRAS. AF_09/2024-BOTA FORA	
	DESCRIÇÃO	VOL.CORTE
	VICINAL SANTA ROSA/MACAPAZINHO-QUANTITATIVO RETIRADO DA COLUNA "VOLUME CORTE ACUMULADO", EST.134+8,69 PRESENTE NA PRANCHA 04/04	45,65 m³
	TOTAL	45,65 m³

8.5	ESCAVAÇÃO HORIZONTAL EM SOLO DE 1A CATEGORIA COM TRATOR DE ESTEIRAS (347HP/LÂMINA: 8,70M3). AF_07/2020-ATERRO	
	DESCRIÇÃO	VOL.ATERRO
	VICINAL SANTA ROSA/MACAPAZINHO-QUANTITATIVO RETIRADO DA COLUNA "VOLUME ATERRO ACUMULADO", EST.134+8,69 PRESENTE NA PRANCHA 04/04	2868,42 m³
	TOTAL	2868,42 m³

8.6	ARGILA, ARGILA VERMELHA OU ARGILA ARENOSA (RETIRADA NA JAZIDA, SEM TRANSPORTE)-ATERRO
-----	---

	DESCRIÇÃO	VOL.ATERRO
	VICINAL SANTA ROSA/MACAPAZINHO-QUANTITATIVO RETIRADO DA COLUNA "VOLUME ATERRO ACUMULADO", EST.134+8,69 PRESENTE NA PRANCHA 04/04	2868,42 m³
	TOTAL	2868,42 m³

8.7	TRANSPORTE COM CAMINHÃO BASCULANTE DE 14 M³, EM VIA URBANA EM REVESTIMENTO PRIMÁRIO (UNIDADE: M3XKM). AF_07/2020-ATERRO						
	DESCRIÇÃO	VOL.ATERRO	DMT		EMPOL	VOLUME	
	VICINAL SANTA ROSA/MACAPAZINHO-QUANTITATIVO RETIRADO DA COLUNA "VOLUME ATERRO ACUMULADO", EST.134+8,69 PRESENTE NA PRANCHA 04/04	2868,42 m³	X	7,42 km	+	1,34 km	X 25,00% = 31424,78 m³
	*NOTA: DMT CONSIDERADO COMO A DISTÂNCIA DA JAZIDA + A DISTÂNCIA MÉDIA DA EXTENSÃO DO TRECHO CONTEMPLADO			JAZIDA 1		DISTÂNCIA MÉDIA VICINAL	TOTAL 31424,78 m³

8.8	ESPALHAMENTO DE MATERIAL COM TRATOR DE ESTEIRAS. AF_09/2024-ATERRO	
	DESCRIÇÃO	VOL.ATERRO
	VICINAL SANTA ROSA/MACAPAZINHO-QUANTITATIVO RETIRADO DA COLUNA "VOLUME ATERRO ACUMULADO", EST.134+8,69 PRESENTE NA PRANCHA 04/04	2868,42 m³
	TOTAL	2868,42 m³

8.9	EXECUÇÃO E COMPACTAÇÃO DE CORPO DE ATERRO DE ATERRO (95% DE ENERGIA DO PROCTOR NORMAL) COM SOLO PREDOMINANTEMENTE ARGILOSO ESPESSURA 15 CM - EXCLUSIVE MATERIAL, ESCAVAÇÃO, CARGA E TRANSPORTE. AF_09/2024-ATERRO	
	DESCRIÇÃO	VOL.ATERRO
	VICINAL SANTA ROSA/MACAPAZINHO-QUANTITATIVO RETIRADO DA COLUNA "VOLUME ATERRO ACUMULADO", EST.134+8,69 PRESENTE NA PRANCHA 04/04	2868,42 m³
	TOTAL	2868,42 m³

9	VICINAL JOACAIA - LOCAÇÃO
---	---------------------------

9.1	LOCAÇÃO DE PAVIMENTAÇÃO	
	DESCRIÇÃO	COMP
	VICINAL JOACAIA-RETIRADO DE PROJETO PRANCHA 04/04	3630,28 m
	TOTAL	3630,28 m

10	VICINAL JOACAIA - TERRAPLENAGEM
----	---------------------------------

10.1	LIMPEZA MECANIZADA DE CAMADA VEGETAL, VEGETAÇÃO E PEQUENAS ÁRVORES (DIÂMETRO DE TRONCO MENOR QUE 0,20 M), COM TRATOR DE ESTEIRAS. AF_03/2024			
	DESCRIÇÃO	COMP	LARGUR A	ÁREA
	VICINAL JOACAIA-RETIRADO DE PROJETO PRANCHA 04/04	3630,28 m	X 2,00 m	= 7260,56 m²
			TOTAL	7260,56 m²

10.2	ESCAVAÇÃO HORIZONTAL EM SOLO DE 1A CATEGORIA COM TRATOR DE ESTEIRAS (347HP/LÂMINA: 8,70M3). AF_07/2020-BOTA FORA	
	DESCRIÇÃO	VOL.CORTE
	VICINAL JOACAIA-QUANTITATIVO RETIRADO DA COLUNA "VOLUME CORTE ACUMULADO" EST.181+10,28 PRESENTE NA PRANCHA 13/13	537,00 m³
	TOTAL	537,00 m³

10.3	TRANSPORTE COM CAMINHÃO BASCULANTE DE 14 M³, EM VIA URBANA EM REVESTIMENTO PRIMÁRIO (UNIDADE: M3XKM). AF_07/2020-BOTA FORA						
	DESCRIÇÃO	VOL.CORTE	DMT		EMPOL	VOLUME	
	VICINAL JOACAIA-QUANTITATIVO RETIRADO DA COLUNA "VOLUME CORTE ACUMULADO" EST.181+10,28 PRESENTE NA PRANCHA 13/13	537,00 m³	X	2,30 km	+	1,82 km	X 25,00% = 2762,29 m³
	*NOTA: DMT CONSIDERADO COMO A DISTÂNCIA DA JAZIDA + A DISTÂNCIA MÉDIA DA EXTENSÃO DO TRECHO CONTEMPLADO			JAZIDA 1		DISTÂNCIA MÉDIA VICINAL	TOTAL 2762,29 m³

10.4	ESPALHAMENTO DE MATERIAL COM TRATOR DE ESTEIRAS. AF_09/2024-BOTA FORA	
	DESCRIÇÃO	VOL.CORTE
	VICINAL JOACAIA-QUANTITATIVO RETIRADO DA COLUNA "VOLUME CORTE ACUMULADO" EST.181+10,28 PRESENTE NA PRANCHA 13/13	537,00 m³
	TOTAL	537,00 m³

10.5	ESCAVAÇÃO HORIZONTAL EM SOLO DE 1A CATEGORIA COM TRATOR DE ESTEIRAS (347HP/LÂMINA: 8,70M3). AF_07/2020-ATERRO	
	DESCRIÇÃO	VOL.ATERRO
	VICINAL JOACAIA-QUANTITATIVO RETIRADO DA COLUNA "VOLUME ATERRO ACUMULADO" EST.181+10,28 PRESENTE NA PRANCHA 13/13	3028,53 m³
	TOTAL	3028,53 m³

10.6	ARGILA, ARGILA VERMELHA OU ARGILA ARENOSA (RETIRADA NA JAZIDA, SEM TRANSPORTE)-ATERRO	
	DESCRIÇÃO	VOL.ATERRO
	VICINAL JOACAIA-QUANTITATIVO RETIRADO DA COLUNA "VOLUME ATERRO ACUMULADO" EST.181+10,28 PRESENTE NA PRANCHA 13/13	3028,53 m³
	TOTAL	3028,53 m³

10.7	TRANSPORTE COM CAMINHÃO BASCULANTE DE 14 M³, EM VIA URBANA EM REVESTIMENTO PRIMÁRIO (UNIDADE: M3XKM). AF_07/2020-ATERRO						
	DESCRIÇÃO	VOL.ATERRO		DMT		EMPOL	VOLUME
	VICINAL JOACAIA-QUANTITATIVO RETIRADO DA COLUNA "VOLUME ATERRO ACUMULADO" EST.181+10,28 PRESENTE NA PRANCHA 13/13	3028,53 m³	X	2,30 km	+	1,82 km	X 25,00% = 15578,53 m³
	*NOTA: DMT CONSIDERADO COMO A DISTÂNCIA DA JAZIDA + A DISTÂNCIA MÉDIA DA EXTENSÃO DO TRECHO CONTEMPLADO			JAZIDA 1		DISTÂNCIA MÉDIA VICINAL	TOTAL 15578,53 m³

10.8	ESPALHAMENTO DE MATERIAL COM TRATOR DE ESTEIRAS. AF_09/2024-ATERRO	
	DESCRIÇÃO	VOL.ATERRO
	VICINAL JOACAIA-QUANTITATIVO RETIRADO DA COLUNA "VOLUME ATERRO ACUMULADO" EST.181+10,28 PRESENTE NA PRANCHA 13/13	3028,53 m³
	TOTAL	3028,53 m³

10.9	EXECUÇÃO E COMPACTAÇÃO DE CORPO DE ATERRO DE ATERRO (95% DE ENERGIA DO PROCTOR NORMAL) COM SOLO PREDOMINANTEMENTE ARGILOSO ESPESSURA 15 CM - EXCLUSIVE MATERIAL, ESCAVAÇÃO, CARGA E TRANSPORTE. AF_09/2024-ATERRO	
	DESCRIÇÃO	VOL.ATERRO
	VICINAL JOACAIA-QUANTITATIVO RETIRADO DA COLUNA "VOLUME ATERRO ACUMULADO" EST.181+10,28 PRESENTE NA PRANCHA 13/13	3028,53 m³
	TOTAL	3028,53 m³

11 VICINAL ENSEADA SANTA ROSA - LOCAÇÃO

11.1	LOCAÇÃO DE PAVIMENTAÇÃO	
	DESCRIÇÃO	COMP
	VICINAL ENSEADA SANTA ROSA-RETIRADO DE PROJETO PRANCHA 02/02	3867,59 m
	TOTAL	3867,59 m

12 VICINAL ENSEADA SANTA ROSA - TERRAPLENAGEM

12.1	LIMPEZA MECANIZADA DE CAMADA VEGETAL, VEGETAÇÃO E PEQUENAS ÁRVORES (DIÂMETRO DE TRONCO MENOR QUE 0,20 M), COM TRATOR DE ESTEIRAS. AF_03/2024				
	DESCRIÇÃO	COMP	LARGUR A		ÁREA
	VICINAL ENSEADA SANTA ROSA-RETIRADO DE PROJETO PRANCHA 02/02	3867,59 m	X	2,00 m	= 7735,18 m²

				TOTAL	7735,18 m²
--	--	--	--	-------	------------

12.2	ESCAVAÇÃO HORIZONTAL EM SOLO DE 1A CATEGORIA COM TRATOR DE ESTEIRAS (347HP/LÂMINA: 8,70M3). AF_07/2020-BOTA FORA	
	DESCRIÇÃO	VOL.CORTE
	VICINAL ENSEADA SANTA ROSA-QUANTITATIVO RETIRADO DA COLUNA "VOLUME CORTE ACUMULADO" EST.193+7,59 PRESENTE NA PRANCHA 06/06	63,51 m³
	TOTAL	63,51 m³

12.3	TRANSPORTE COM CAMINHÃO BASCULANTE DE 14 M³, EM VIA URBANA EM REVESTIMENTO PRIMÁRIO (UNIDADE: M3XKM). AF_07/2020-BOTA FORA						
	DESCRIÇÃO	VOL.CORTE	DMT		EMPOL	VOLUME	
	VICINAL ENSEADA SANTA ROSA-QUANTITATIVO RETIRADO DA COLUNA "VOLUME CORTE ACUMULADO" EST.193+7,59 PRESENTE NA PRANCHA 06/06	63,51 m³	X	3,80 km	+	1,93 km	X 25,00% = 455,19 m³
	*NOTA: DMT CONSIDERADO COMO A DISTÂNCIA DA JAZIDA + A DISTÂNCIA MÉDIA DA EXTENSÃO DO TRECHO CONTEMPLADO			JAZIDA 1		DISTÂNCIA MÉDIA VICINAL	TOTAL 455,19 m³

12.4	ESPALHAMENTO DE MATERIAL COM TRATOR DE ESTEIRAS. AF_09/2024-BOTA FORA	
	DESCRIÇÃO	VOL.CORTE
	VICINAL ENSEADA SANTA ROSA-QUANTITATIVO RETIRADO DA COLUNA "VOLUME CORTE ACUMULADO" EST.193+7,59 PRESENTE NA PRANCHA 06/06	63,51 m³
	TOTAL	63,51 m³

12.5	ESCAVAÇÃO HORIZONTAL EM SOLO DE 1A CATEGORIA COM TRATOR DE ESTEIRAS (347HP/LÂMINA: 8,70M3). AF_07/2020-ATERRO	
	DESCRIÇÃO	VOL.ATERRO
	VICINAL ENSEADA SANTA ROSA-QUANTITATIVO RETIRADO DA COLUNA "VOLUME ATERRO ACUMULADO" EST.193+7,59 PRESENTE NA PRANCHA 06/06	3125,03 m³
	TOTAL	3125,03 m³

12.6	ARGILA, ARGILA VERMELHA OU ARGILA ARENOSA (RETIRADA NA JAZIDA, SEM TRANSPORTE)-ATERRO	
	DESCRIÇÃO	VOL.ATERRO
	VICINAL ENSEADA SANTA ROSA-QUANTITATIVO RETIRADO DA COLUNA "VOLUME ATERRO ACUMULADO" EST.193+7,59 PRESENTE NA PRANCHA 06/06	3125,03 m³
	TOTAL	3125,03 m³

12.7	TRANSPORTE COM CAMINHÃO BASCULANTE DE 14 M³, EM VIA URBANA EM REVESTIMENTO PRIMÁRIO (UNIDADE: M3XKM). AF_07/2020-ATERRO						
	DESCRIÇÃO	VOL.ATERRO	DMT		EMPOL	VOLUME	
	VICINAL ENSEADA SANTA ROSA-QUANTITATIVO RETIRADO DA COLUNA "VOLUME ATERRO ACUMULADO" EST.193+7,59 PRESENTE NA PRANCHA 06/06	3125,03 m³	X	3,80 km	+	1,93 km	X 25,00% = 22397,85 m³
	*NOTA: DMT CONSIDERADO COMO A DISTÂNCIA DA JAZIDA + A DISTÂNCIA MÉDIA DA EXTENSÃO DO TRECHO CONTEMPLADO			JAZIDA 1		DISTÂNCIA MÉDIA VICINAL	TOTAL 22397,85 m³

12.8	ESPALHAMENTO DE MATERIAL COM TRATOR DE ESTEIRAS. AF_09/2024-ATERRO	
	DESCRIÇÃO	VOL.ATERRO
	VICINAL ENSEADA SANTA ROSA-QUANTITATIVO RETIRADO DA COLUNA "VOLUME ATERRO ACUMULADO" EST.193+7,59 PRESENTE NA PRANCHA 06/06	3125,03 m³
	TOTAL	3125,03 m³

12.9	EXECUÇÃO E COMPACTAÇÃO DE CORPO DE ATERRO DE ATERRO (95% DE ENERGIA DO PROCTOR NORMAL) COM SOLO PREDOMINANTEMENTE ARGILOSO ESPESSURA 15 CM - EXCLUSIVE MATERIAL, ESCAVAÇÃO, CARGA E TRANSPORTE. AF_09/2024-ATERRO	
	DESCRIÇÃO	VOL.ATERRO

	VICINAL ENSEADA SANTA ROSA-QUANTITATIVO RETIRADO DA COLUNA "VOLUME ATERRO ACUMULADO" EST.193+7,59 PRESENTE NA PRANCHA 06/06	3125,03 m³
	TOTAL	3125,03 m³

13 VICINAL SANTO ANTÔNIO DE URINDEUA, TRECHO 1 (10,00m) - LOCAÇÃO

13.1	LOCAÇÃO DE PAVIMENTAÇÃO	
	DESCRIÇÃO	COMP
	VICINAL SANTO ANTÔNIO DE URINDEUA, TRECHO 1 (10,00m)-RETIRADO DE PROJETO PRANCHA 02/03 - EST.00 ATÉ A EST.78	1563,71 m
	TOTAL	1563,71 m

14 VICINAL SANTO ANTÔNIO DE URINDEUA TRECHO 1 (10,00m) - TERRAPLENAGEM

14.1	LIMPEZA MECANIZADA DE CAMADA VEGETAL, VEGETAÇÃO E PEQUENAS ÁRVORES (DIÂMETRO DE TRONCO MENOR QUE 0,20 M), COM TRATOR DE ESTEIRAS. AF_03/2024				
	DESCRIÇÃO	COMP	LARGUR A		ÁREA
	VICINAL SANTO ANTÔNIO DE URINDEUA, TRECHO 1 (10,00m)-RETIRADO DE PROJETO PRANCHA 02/03 - EST.00 ATÉ A EST.78	1563,71 m	X	2,00 m	= 3127,42 m²
				TOTAL	3127,42 m²

14.2	ESCAVAÇÃO HORIZONTAL EM SOLO DE 1A CATEGORIA COM TRATOR DE ESTEIRAS (347HP/LÂMINA: 8,70M3). AF_07/2020-BOTA FORA	
	DESCRIÇÃO	VOL.CORTE
	VICINAL SANTO ANTÔNIO DO URINDEUA, TRECHO 1 (10,00m)-QUANTITATIVO RETIRADO DA COLUNA "VOLUME CORTE ACUMULADO", EST.78+0,00, PRESENTE NA PRANCHA 03/06	60,83 m³
	TOTAL	60,83 m³

14.3	TRANSPORTE COM CAMINHÃO BASCULANTE DE 14 M³, EM VIA URBANA EM REVESTIMENTO PRIMÁRIO (UNIDADE: M3XKM). AF_07/2020-BOTA FORA						
	DESCRIÇÃO	VOL.CORTE		DMT		EMPOL	VOLUME
	VICINAL SANTO ANTÔNIO DO URINDEUA, TRECHO 1 (10,00m)-QUANTITATIVO RETIRADO DA COLUNA "VOLUME CORTE ACUMULADO", EST.78+0,00, PRESENTE NA PRANCHA 03/06	60,83 m³	X	2,30 km	+	0,78 km	X 25,00% = 234,34 m³
	*NOTA: DMT CONSIDERADO COMO A DISTÂNCIA DA JAZIDA + A DISTÂNCIA MÉDIA DA EXTENSÃO DO TRECHO CONTEMPLADO			JAZIDA 2		DISTÂNCIA MÉDIA VICINAL	TOTAL 234,34 m³

14.4	ESPALHAMENTO DE MATERIAL COM TRATOR DE ESTEIRAS. AF_09/2024-BOTA FORA	
	DESCRIÇÃO	VOL.CORTE
	VICINAL SANTO ANTÔNIO DO URINDEUA, TRECHO 1 (10,00m)-QUANTITATIVO RETIRADO DA COLUNA "VOLUME CORTE ACUMULADO", EST.78+0,00, PRESENTE NA PRANCHA 03/06	60,83 m³
	TOTAL	60,83 m³

14.5	ESCAVAÇÃO HORIZONTAL EM SOLO DE 1A CATEGORIA COM TRATOR DE ESTEIRAS (347HP/LÂMINA: 8,70M3). AF_07/2020-ATERRO	
	DESCRIÇÃO	VOL.ATERRO
	VICINAL SANTO ANTÔNIO DO URINDEUA, TRECHO 1 (10,00m)-QUANTITATIVO RETIRADO DA COLUNA "VOLUME CORTE ACUMULADO", EST.78+0,00, PRESENTE NA PRANCHA 03/06	1964,74 m³
	TOTAL	1964,74 m³

14.6	ARGILA, ARGILA VERMELHA OU ARGILA ARENOSA (RETIRADA NA JAZIDA, SEM TRANSPORTE)-ATERRO	
	DESCRIÇÃO	VOL.ATERRO
	VICINAL SANTO ANTÔNIO DO URINDEUA, TRECHO 1 (10,00m)-QUANTITATIVO RETIRADO DA COLUNA "VOLUME CORTE ACUMULADO", EST.78+0,00, PRESENTE NA PRANCHA 03/06	1964,74 m³
	TOTAL	1964,74 m³

14.7	TRANSPORTE COM CAMINHÃO BASCULANTE DE 14 M³, EM VIA URBANA EM REVESTIMENTO PRIMÁRIO (UNIDADE: M3XKM). AF_07/2020-ATERRO				
	DESCRIÇÃO	VOL.ATERRO	DMT	EMPOL	VOLUME

	VICINAL SANTO ANTÔNIO DO URINDEUA, TRECHO 1 (10,00m)- QUANTITATIVO RETIRADO DA COLUNA "VOLUME CORTE ACUMULADO", EST.78+0,00, PRESENTE NA PRANCHA 03/06	1964,74 m³	X	2,30 km	+	0,78 km	X	25,00%	=	7568,80 m³
	*NOTA: DMT CONSIDERADO COMO A DISTÂNCIA DA JAZIDA + A DISTÂNCIA MÉDIA DA EXTENSÃO DO TRECHO CONTEMPLADO			JAZIDA 2		DISTÂNCIA MÉDIA VICINAL		TOTAL		7568,80 m³

14.8	ESPALHAMENTO DE MATERIAL COM TRATOR DE ESTEIRAS. AF_09/2024- ATERRO	
	DESCRIÇÃO	VOL.ATERRO
	VICINAL SANTO ANTÔNIO DO URINDEUA, TRECHO 1 (10,00m)- QUANTITATIVO RETIRADO DA COLUNA "VOLUME CORTE ACUMULADO", EST.78+0,00, PRESENTE NA PRANCHA 03/06	1964,74 m³
	TOTAL	1964,74 m³

14.9	EXECUÇÃO E COMPACTAÇÃO DE CORPO DE ATERRO DE ATERRO (95% DE ENERGIA DO PROCTOR NORMAL) COM SOLO PREDOMINANTEMENTE ARGILOSO ESPESSURA 15 CM - EXCLUSIVE MATERIAL, ESCAVAÇÃO, CARGA E TRANSPORTE. AF_09/2024-ATERRO	
	DESCRIÇÃO	VOL.ATERRO
	VICINAL SANTO ANTÔNIO DO URINDEUA, TRECHO 1 (10,00m)- QUANTITATIVO RETIRADO DA COLUNA "VOLUME CORTE ACUMULADO", EST.78+0,00, PRESENTE NA PRANCHA 03/06	1964,74 m³
	TOTAL	1964,74 m³

15	VICINAL VICINAL SANTO ANTÔNIO DE URINDEUA TRECHO 2 (9,00m) - LOCAÇÃO									
----	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--

15.1	LOCAÇÃO DE PAVIMENTAÇÃO	
	DESCRIÇÃO	COMP
	VICINAL SANTO ANTÔNIO DE URINDEUA, TRECHO 2 (9,00m)- RETIRADO DE PROJETO PRANCHA 02/03 - EST.78 ATÉ A EST.188+15,82	2212,11 m
	TOTAL	2212,11 m

16	VICINAL VICINAL SANTO ANTÔNIO DE URINDEUA TRECHO 2 (9,00m) - TERRAPLENAGEM									
----	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--

16.1	LIMPEZA MECANIZADA DE CAMADA VEGETAL, VEGETAÇÃO E PEQUENAS ÁRVORES (DIÂMETRO DE TRONCO MENOR QUE 0,20 M), COM TRATOR DE ESTEIRAS. AF_03/2024				
	DESCRIÇÃO	COMP	LARGUR A		ÁREA
	VICINAL SANTO ANTÔNIO DE URINDEUA, TRECHO 2 (9,00m)- RETIRADO DE PROJETO PRANCHA 02/03 - EST.78 ATÉ A EST.188+15,82	2212,11 m	X	2,00 m	= 4424,22 m²
				TOTAL	4424,22 m²

16.2	ESCAVAÇÃO HORIZONTAL EM SOLO DE 1A CATEGORIA COM TRATOR DE ESTEIRAS (347HP/LÂMINA: 8,70M3). AF_07/2020-BATE FORA	
	DESCRIÇÃO	VOL.CORTE
	VICINAL SANTO ANTÔNIO DO URINDEUA, TRECHO 2 (9,00m)- QUANTITATIVO RETIRADO DA COLUNA "VOLUME CORTE ACUMULADO", EST.188+15,82, PRESENTE NA PRANCHA 06/06	352,75 m³
	TOTAL	352,75 m³

16.3	TRANSPORTE COM CAMINHÃO BASCULANTE DE 14 M³, EM VIA URBANA EM REVESTIMENTO PRIMÁRIO (UNIDADE: M3XKM). AF_07/2020-BOTA FORA									
	DESCRIÇÃO		VOL.CORTE		DMT			EMPOL		VOLUME
	VICINAL SANTO ANTÔNIO DO URINDEUA, TRECHO 1 (10,00m)-QUANTITATIVO RETIRADO DA COLUNA "VOLUME CORTE ACUMULADO", EST.188+15,82, PRESENTE NA PRANCHA 06/06		352,75 m³	X	3,85 km	+	1,11 km	X	25,00%	= 2185,31 m³
	*NOTA: DMT CONSIDERADO COMO A DISTÂNCIA DA JAZIDA + A DISTÂNCIA MÉDIA DA EXTENSÃO DO TRECHO CONTEMPLADO				JAZIDA 2		DISTÂNCIA MÉDIA VICINAL		TOTAL	2185,31 m³

16.4	ESPALHAMENTO DE MATERIAL COM TRATOR DE ESTEIRAS. AF_09/2024- BOTA FORA	
	DESCRIÇÃO	VOL.CORTE

	VICINAL SANTO ANTÔNIO DO URINDEUA, TRECHO 1 (10,00m)- QUANTITATIVO RETIRADO DA COLUNA "VOLUME CORTE ACUMULADO", EST.188+15,82, PRESENTE NA PRANCHA 06/06	352,75 m³
	TOTAL	352,75 m³

16.5	ESCAVAÇÃO HORIZONTAL EM SOLO DE 1A CATEGORIA COM TRATOR DE ESTEIRAS (347HP/LÂMINA: 8,70M3). AF_07/2020-ATERRO	
	DESCRIÇÃO	VOL.ATERRO
	VICINAL SANTO ANTÔNIO DO URINDEUA, TRECHO 1 (10,00m)- QUANTITATIVO RETIRADO DA COLUNA "VOLUME CORTE ACUMULADO", EST.188+15,82, PRESENTE NA PRANCHA 06/06	4349,78 m³
	TOTAL	4349,78 m³

16.6	ARGILA, ARGILA VERMELHA OU ARGILA ARENOSA (RETIRADA NA JAZIDA, SEM TRANSPORTE)-ATERRO	
	DESCRIÇÃO	VOL.ATERRO
	VICINAL SANTO ANTÔNIO DO URINDEUA, TRECHO 1 (10,00m)- QUANTITATIVO RETIRADO DA COLUNA "VOLUME CORTE ACUMULADO", EST.188+15,82, PRESENTE NA PRANCHA 06/06	4349,78 m³
	TOTAL	4349,78 m³

16.7	TRANSPORTE COM CAMINHÃO BASCULANTE DE 14 M³, EM VIA URBANA EM REVESTIMENTO PRIMÁRIO (UNIDADE: M3XKM). AF_07/2020-ATERRO						
	DESCRIÇÃO	VOL.ATERRO		DMT		EMPOL	VOLUME
	VICINAL SANTO ANTÔNIO DO URINDEUA, TRECHO 1 (10,00m)- QUANTITATIVO RETIRADO DA COLUNA "VOLUME CORTE ACUMULADO", EST.188+15,82, PRESENTE NA PRANCHA 06/06	4349,78 m³	X	3,85 km	+	1,11 km	X 25,00% = 26947,19 m³
	*NOTA: DMT CONSIDERADO COMO A DISTÂNCIA DA JAZIDA + A DISTÂNCIA MÉDIA DA EXTENSÃO DO TRECHO CONTEMPLADO			JAZIDA 2		DISTÂNCIA MÉDIA VICINAL	TOTAL 26947,19 m³

16.8	ESPALHAMENTO DE MATERIAL COM TRATOR DE ESTEIRAS. AF_09/2024-ATERRO	
	DESCRIÇÃO	VOL.ATERRO
	VICINAL SANTO ANTÔNIO DO URINDEUA, TRECHO 1 (10,00m)- QUANTITATIVO RETIRADO DA COLUNA "VOLUME CORTE ACUMULADO", EST.188+15,82, PRESENTE NA PRANCHA 06/06	4349,78 m³
	TOTAL	4349,78 m³

16.9	EXECUÇÃO E COMPACTAÇÃO DE CORPO DE ATERRO DE ATERRO (95% DE ENERGIA DO PROCTOR NORMAL) COM SOLO PREDOMINANTEMENTE ARGILOSO ESPESSURA 15 CM - EXCLUSIVE MATERIAL, ESCAVAÇÃO, CARGA E TRANSPORTE. AF_09/2024-ATERRO	
	DESCRIÇÃO	VOL.ATERRO
	VICINAL SANTO ANTÔNIO DO URINDEUA, TRECHO 1 (10,00m)- QUANTITATIVO RETIRADO DA COLUNA "VOLUME CORTE ACUMULADO", EST.188+15,82, PRESENTE NA PRANCHA 06/06	4349,78 m³
	TOTAL	4349,78 m³

Weslen Cristhian Aviz da Costa
Eng. Civil - CREA/PA nº 1517268427



CPU01		MOBILIZAÇÃO DE EQUIPAMENTOS										UNI	
COMPOSIÇÃO ANALÍTICA													
ITEM	CÓDIGO	EQUIPAMENTOS TRANSPORTADO	REFERÊNCIA	VEÍCULO TRANSPORTADO (DNIT - VOLUME 09)	QUANT UND	ORIGEM	Distância (DM) km	Fator K	FATOR DE UTILIZAÇÃO (FU)	VELOCIDADE (V)	CUSTO DO TRANSPORTE (CH)	PREÇO TOTAL (cMob)	
1	SINAPI-5932	Motoniveladora potência básica líquida (primeira marcha) 125 HP, peso bruto 13032 kg, largura da lâmina de 3,7 m	SICRO E9665	Cavalo Mecânico com Reboque : M. Benz/Randon :LS-1634/45 - 29,5 t	1,00	MUNICIPIO DE CAPANEMA	70,00	1,00	1,00	40,00	391,59	R\$	685,28
2	SINAPI-73436	Rolo compactador vibratório pé de carneiro para solos, potência 80 HP, peso operacional sem/com lastro 7,4 / 8,8 t, largura de trabalho 1,68m	SICRO E9665	Cavalo Mecânico com Reboque : M. Benz/Randon :LS-1634/45 - 29,5 t	1,00	MUNICIPIO DE CAPANEMA	70,00	1,00	1,00	40,00	391,59	R\$	685,28
3	SINAPI-6879	Rolo compactador de pneus estático, pressão variável, potência 111 HP, peso sem/com lastro 9,5 / 26 t, largura de trabalho 1,90 m - CHP diurno. AF_07/2014	SICRO E9665	Cavalo Mecânico com Reboque : M. Benz/Randon :LS-1634/45 - 29,5 t	1,00	MUNICIPIO DE CAPANEMA	70,00	1,00	1,00	40,00	391,59	R\$	685,28
4	SINAPI-5901	Caminhão pipa 10.000 l trucado, peso bruto total 23.000 kg, carga útil máxima 15.935 kg, distância entre eixos 4,8 m, potência 230 CV, inclusive tanque de aço para transporte de água	-	Condução por Conta Própria	1,00	MUNICIPIO DE CAPANEMA	70,00	1,00	1,00	40,00	391,59	R\$	685,28
5	SINAPI-91386	Caminhão basculante 14 m3, trucado cabine simples, peso bruto total 23.000 kg, carga útil máxima 15.935 kg, distância entre eixos 4,80 m, potência 230 CV inclusive caçamba metálica - CHP diurno. af_06/2014	-	Condução por Conta Própria	1,00	MUNICIPIO DE CAPANEMA	70,00	1,00	1,00	40,00	391,59	R\$	685,28
6	SINAPI-5631	Escavadeira hidráulica sobre esteiras, caçamba 0,80 m3, peso operacional 17 t, potência bruta 111 HP	SICRO E9665	Cavalo Mecânico com Reboque : M. Benz/Randon :LS-1634/45 - 29,5 t	1,00	MUNICIPIO DE CAPANEMA	70,00	1,00	1,00	40,00	391,59	R\$	685,28
7	SINAPI-5680	Retroescavadeira sobre rodas com carregadeira, tração 4x2, potência líq. 79 HP, caçamba carreg. cap. mín. 1 m3, caçamba retro cap. 0,20 m3, peso operacional mín. 6.570 kg, profundidade escavação máx. 4,37 m	SICRO E9665	Cavalo Mecânico com Reboque : M. Benz/Randon :LS-1634/45 - 29,5 t	1,00	MUNICIPIO DE CAPANEMA	70,00	1,00	1,00	40,00	391,59	R\$	685,28
8	SINAPI-96028	Trator de pneus com potência de 85 CV, tração 4x4, com grade de discos acoplada - CHP diurno. AF_02/2017	SICRO E9665	Cavalo Mecânico com Reboque : M. Benz/Randon :LS-1634/45 - 29,5 t	1,00	MUNICIPIO DE CAPANEMA	70,00	1,00	1,00	40,00	391,59	R\$	685,28
9	SINAPI-5944	Pá carregadeira sobre rodas, potência 197 HP, capacidade da caçamba 2,5 a 3,5 m3, peso operacional 18338 kg	SICRO E9665	Cavalo Mecânico com Reboque : M. Benz/Randon :LS-1634/45 - 29,5 t	1,00	MUNICIPIO DE CAPANEMA	70,00	1,00	1,00	40,00	391,59	R\$	685,28
TOTAL												R\$	6.167,54

CPU01		DESMOBILIZAÇÃO DE EQUIPAMENTOS										UNI	
COMPOSIÇÃO ANALÍTICA													
ITEM	CÓDIGO	EQUIPAMENTOS TRANSPORTADO	REFERÊNCIA	VEÍCULO TRANSPORTADO (DNIT - VOLUME 09)	QUANT UND	ORIGEM	Distância (DM) km	Fator K	FATOR DE UTILIZAÇÃO (FU)	VELOCIDADE (V)	CUSTO DO TRANSPORTE (CH)	PREÇO TOTAL (cMob)	
1	SINAPI-5932	Motoniveladora potência básica líquida (primeira marcha) 125 HP, peso bruto 13032 kg, largura da lâmina de 3,7 m	SICRO E9665	Cavalo Mecânico com Reboque : M. Benz/Randon :LS-1634/45 - 29,5 t	1,00	MUNICIPIO DE CAPANEMA	70,00	1,00	1,00	40,00	391,59	R\$	685,28
2	SINAPI-73436	Rolo compactador vibratório pé de carneiro para solos, potência 80 HP, peso operacional sem/com lastro 7,4 / 8,8 t, largura de trabalho 1,68m	SICRO E9665	Cavalo Mecânico com Reboque : M. Benz/Randon :LS-1634/45 - 29,5 t	1,00	MUNICIPIO DE CAPANEMA	70,00	1,00	1,00	40,00	391,59	R\$	685,28
3	SINAPI-6879	Rolo compactador de pneus estático, pressão variável, potência 111 HP, peso sem/com lastro 9,5 / 26 t, largura de trabalho 1,90 m - CHP diurno. AF_07/2014	SICRO E9665	Cavalo Mecânico com Reboque : M. Benz/Randon :LS-1634/45 - 29,5 t	1,00	MUNICIPIO DE CAPANEMA	70,00	1,00	1,00	40,00	391,59	R\$	685,28
4	SINAPI-5901	Caminhão pipa 10.000 l trucado, peso bruto total 23.000 kg, carga útil máxima 15.935 kg, distância entre eixos 4,8 m, potência 230 CV, inclusive tanque de aço para transporte de água	-	Condução por Conta Própria	1,00	MUNICIPIO DE CAPANEMA	70,00	1,00	1,00	40,00	391,59	R\$	685,28

5	SINAPI-91386	Caminhão basculante 14 m3, trucado cabine simples, peso bruto total 23.000 kg, carga útil máxima 15.935 kg, distância entre eixos 4,80 m, potência 230 CV inclusive caçamba metálica - CHP diurno. af_06/2014	-	Condução por Conta Própria	1,00	MUNICIPIO DE CAPANEMA	70,00	1,00	1,00	40,00	391,59	R\$	685,28
6	SINAPI-5631	Escavadeira hidráulica sobre esteiras, caçamba 0,80 m3, peso operacional 17 t, potência bruta 111 HP	SICRO E9665	Cavalo Mecânico com Reboque : M. Benz/Randon :LS-1634/45 - 29,5 t	1,00	MUNICIPIO DE CAPANEMA	70,00	1,00	1,00	40,00	391,59	R\$	685,28
7	SINAPI-5680	Retroescavadeira sobre rodas com carregadeira, tração 4x2, potência líq. 79 HP, caçamba carreg. cap. mín. 1 m3, caçamba retro cap. 0,20 m3, peso operacional mín. 6.570 kg, profundidade escavação máx. 4,37 m	SICRO E9665	Cavalo Mecânico com Reboque : M. Benz/Randon :LS-1634/45 - 29,5 t	1,00	MUNICIPIO DE CAPANEMA	70,00	1,00	1,00	40,00	391,59	R\$	685,28
8	SINAPI-96028	Trator de pneus com potência de 85 CV, tração 4x4, com grade de discos acoplada - CHP diurno. AF_02/2017	SICRO E9665	Cavalo Mecânico com Reboque : M. Benz/Randon :LS-1634/45 - 29,5 t	1,00	MUNICIPIO DE CAPANEMA	70,00	1,00	1,00	40,00	391,59	R\$	685,28
9	SINAPI-5944	Pá carregadeira sobre rodas, potência 197 HP, capacidade da caçamba 2,5 a 3,5 m3, peso operacional 18338 kg	SICRO E9665	Cavalo Mecânico com Reboque : M. Benz/Randon :LS-1634/45 - 29,5 t	1,00	MUNICIPIO DE CAPANEMA	70,00	1,00	1,00	40,00	391,59	R\$	685,28
TOTAL												R\$	6.167,54



Manual de Custos de Infraestrutura de Transportes
Volume 09 - Mobilização e Desmobilização



7. CUSTOS DE MOBILIZAÇÃO E DESMOBILIZAÇÃO

Segundo a nova metodologia, os custos de mobilização de um determinado projeto podem ser definidos em função de composições de custos de referência elaboradas para os diferentes veículos transportadores, conforme expressão apresentada abaixo:

$$CM_{ob} = \left(\frac{DM \times K \times FU}{V} \right) \times CH$$

onde:

CM_{ob} representa o custo de mobilização;

DM representa a distância de mobilização, em quilômetros (km) ou em milhas náuticas (mi);

K representa o fator relacionado à necessidade de retorno do veículo a sua origem;

FU representa o fator de utilização do veículo transportador;

V representa a velocidade média de transporte, em km/h ou nós;

CH representa o custo horário do veículo transportador.

O fator K será igual a 1 quando o veículo não retornar e 2 quando o veículo transportador retornar ao local de origem.

Já o fator FU representa o inverso do número de equipamentos a serem transportados nos diferentes veículos transportadores.

CPU02		ADMINISTRAÇÃO DA OBRA				UNI		
COMPOSIÇÃO ANALÍTICA								
ITEM	CÓDIGO	DESCRIÇÃO	UNI	COEF	R\$ UNIT		R\$ PARCIAL	
1	SINAPI-90776	ENCARREGADO GERAL COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	H	1280,0000000	R\$	23,55	R\$	30.144,00
2	SINAPI-90777	ENGENHEIRO CIVIL DE OBRA JUNIOR COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	H	96,0000000	R\$	118,33	R\$	11.359,68
3	SINAPI-90781	TOPOGRAFO COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	H	400,0000000	R\$	26,51	R\$	10.604,00
TOTAL							R\$	52.107,68

CPU03		LOCAÇÃO DE PAVIMENTAÇÃO				M		
-------	--	-------------------------	--	--	--	---	--	--

COMPOSIÇÃO ANALÍTICA							
ITEM	CÓDIGO	DESCRIÇÃO	UNI	COEF	R\$ UNIT		R\$ PARCIAL
1	SINAPI-88253	AUXILIAR DE TOPÓGRAFO COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	H	0,0254800	R\$	13,18	R\$ 0,34
2	SINAPI-90781	TOPOGRAFO COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	H	0,0150500	R\$	26,51	R\$ 0,40
3	SINAPI-32	ACO CA-50, 6,3 MM, VERGALHAO	KG	0,0035000	R\$	8,00	R\$ 0,03
4	SINAPI-7247	LOCACAO DE TEODOLITO ELETRONICO, PRECISAO ANGULAR DE 5 A 7 SEGUNDOS, INCLUINDO TRIPE	H	0,0559000	R\$	2,25	R\$ 0,13
TOTAL					R\$		0,90

Weslen Cristhian Aviz da Costa
Eng. Civil - CREA/PA nº 1517268427



COMPOSIÇÃO ANALÍTICA DO BDI - RODOVIAS E FERROVIAS

VALORES DE BDI POR TIPO DE OBRA %				
TIPO DE OBRA	1 Quartil	Médio	3 Quartil	
Construção de Rodovias e Ferrovias	19,60	20,97	24,23	
DESCRIÇÃO	VALORES DE REFERÊNCIA - %			BDI ADOTADO %
	1º QUARTIL	MÉDIO	3º QUARTIL	
Administração Central	3,80	4,01	4,67	3,80
Seguro e Garantia (*)	0,32	0,40	0,74	0,32
Risco	0,50	0,56	0,97	0,50
Despesas Financeiras	1,02	1,11	1,21	1,02
Lucro	6,64	7,30	8,69	6,64
Tributos (soma dos itens abaixo)	5,15	6,65	8,65	12,25
COFINS	3,00	3,00	3,00	3,00
PIS	0,65	0,65	0,65	0,65
ISSQN (**)	1,50	3,00	5,00	5,00
CPRB				3,60
TOTAL				28,44

Fonte da composição, valores de referência e fórmula do BDI: Acórdão 2622/2013 - TCU - Plenário

Os valores de BDI acima foram calculados com emprego da fórmula abaixo:

$$BDI = \frac{(1 + AC + S + R + G)(1 + DF)(1 + L)}{(1 - I)} - 1$$

Onde:

AC = taxa de rateio da Administração Central;

DF = taxa das despesas financeiras;

S = taxa de seguro; R = taxa de risco e G = garantia do empreendimento;

I = taxa de tributos;

L = taxa de lucro.

OBS:

(*) - PODE HAVER GARANTIA DESDE QUE PREVISTO NO EDITAL DA LICITAÇÃO E NO CONTRATO DE EXECUÇÃO.

(**) - PODEM SER ACEITOS OUTROS PERCENTUAIS DE ISS DESDE QUE DEVIDAMENTE EMBASADOS NA LEGISLAÇÃO MUNICIPAL.

Conforme esse Acórdão, o valor final do BDI também deverá obedecer à faixa de variação abaixo, considerando os custos dos serviços **SEM DESONERAÇÃO** dos encargos sociais:

VALORES DE BDI POR TIPO DE OBRA

TIPO DE OBRA	1 Quartil	Médio	3 Quartil
Construção de Rodovias e Ferrovias	19,60%	20,97%	24,23%

Desta forma, após o enquadramento do BDI nos critérios abordados acima e sendo utilizado no orçamento os custos dos serviços **COM DESONERAÇÃO**, deverá ser incluído no item taxa de tributos o percentual de 4,5% referente à contribuição previdenciária e recalculado o BDI.

Reiteramos que, por determinação do TCU, **não** é admitida a inclusão de IRPJ e CSLL no BDI, bem como Administração local, Instalação de Canteiro/acampamento, Mobilização/desmobilização e demais itens que possam ser apropriados como custos diretos da obra, devendo ser apresentada a composição destes, com detalhamentos suficientes que justifiquem o valor obtido, não sendo admitido cálculo com estimativas percentuais genéricas.

Tributos (Confins, PIS e ISSQN) + 3,60% CPRB	VALORES DE REFERÊNCIA - %			BDI ADOTADO %
	1º QUARTIL	MÉDIO	3º QUARTIL	
	9,65	11,15	13,15	12,25
TOTAL BDI COM DESONERAÇÃO				28,44

4) A administração Local deverá ser discriminada na planilha de custos diretos com os

VALORES DE BDI POR TIPO DE OBRA			
DESCRIÇÃO	1 Quartil	Médio	3 Quartil
ADMINISTRAÇÃO LOCAL	1,98%	6,99%	10,68%

Weslen Cristhian Aviz da Costa
Eng. Civil - CREA/PA nº 1517268427



ENCARGOS SOCIAIS

SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO E RECUPERAÇÃO DE ESTRADAS VICINAIS

COD	DESCRIÇÃO	HORISTA %	MENSALISTA %
GRUPO A			
A1	INSS	5,00%	5,00%
A2	SESI	1,50%	1,50%
A3	SENAI	1,00%	1,00%
A4	INCRA	0,20%	0,20%
A5	SEBRAE	0,60%	0,60%
A6	Salário Educação	2,50%	2,50%
A7	Seguro Contra Acidentes de Trabalho	3,00%	3,00%
A8	FGTS	8,00%	8,00%
A9	SECONCI	0,00%	0,00%
A	TOTAL	21,80%	21,80%
GRUPO B			
B1	Repouso Semanal Renumerado	18,13%	Não Inside
B2	Feriados	4,16%	Não Inside
B3	Auxílio - Enfermidade	0,87%	0,65%
B4	13º Salário	11,22%	8,33%
B5	Licença Paternidade	0,07%	0,05%
B6	Faltas Justificadas	0,75%	0,56%
B7	Dias de Chuvas	2,83%	Não Inside
B8	Auxílio Acidente de Trabalho	0,10%	0,07%
B9	Férias Gozadas	12,82%	9,53%
B10	Salário Maternidade	0,03%	0,03%
B	TOTAL	50,98%	19,22%
GRUPO C			
C1	Aviso Prévio Indenizado	5,81%	4,32%
C2	Aviso Prévio Trabalhado	0,14%	0,10%
C3	Férias Indenizadas	1,77%	1,31%
C4	Depósito Rescisão Sem Justa Causa	2,96%	2,20%
C5	Indenização Adicional	0,49%	0,36%
	TOTAL	11,17%	8,29%
GRUPO D			
D1	Reincidência de Grupo A sobre Grupo B	10,55%	3,77%
D2	Reincidência de Grupo A sobre Aviso Prévio Trabalhado e Reincidência do FGTS sobre Aviso Prévio Indenizado	0,50%	0,36%
D	TOTAL	11,05%	4,13%
TOTAL(A+B+C+D)		95,00%	53,44%



ESTADO DO PARÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE SALINÓPOLIS
CNPJ: 05.149.166/0001-98

ANEXO II

MINUTA DE TERMO DE CONTRATO Nº XXXX/XXX

CONCORRENCIA ELETRÔNICA xxxxx

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº.....

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº/.....,
QUE FAZEM ENTRE SI O MUNICIPIO DE
SALINÓPOLIS/PA, POR INTERMÉDIO DA
..... E
.....

O MUNICIPIO DE SALINÓPOLIS/PA, por intermédio do(a) (órgão contratante), com sede no(a), na cidade de /Estado ..., inscrito(a) no CNPJ sob o nº, neste ato representado(a) pelo(a) (cargo e nome), nomeado(a) pelo Decreto Municipal nº, de de de 20..., doravante denominado CONTRATANTE, e o(a), inscrito(a) no CNPJ/MF sob o nº, sediado(a) na, em doravante designado CONTRATADO, neste ato representado(a) por (nome e função no contratado), conforme atos constitutivos da empresa ou procuração apresentada nos autos e em observância às disposições da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, e demais legislação aplicável, resolvem celebrar o presente Termo de Contrato, mediante as cláusulas e condições a seguir enunciada

CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO (art. 92, I e II)

O objeto do presente instrumento é a XX XXXX XXXX XXXX XXXX XX XXXXX XXXXXXXXXX, nas condições estabelecidas no Projeto Básico e Anexo I.

Vinculam esta contratação, independentemente de transcrição:

O Projeto Básico e Anexos;

O Edital da Licitação;

A Proposta do contratado;



ESTADO DO PARÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE SALINÓPOLIS
CNPJ: 05.149.166/0001-98

1.1.1.Eventuais anexos dos documentos supracitados. O regime de execução é o de empreitada por preço Unitário.

1.1.2.CLÁUSULA SEGUNDA – VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO O prazo de vigência da contratação é de contados do(a) prorrogação por até 05 anos, na forma dos artigos 106 e 107 da Lei nº 14.133, de 2021.

1.1.3.A prorrogação de que trata este item é condicionada ao ateste, pela autoridade competente, de que as condições e os preços permanecem vantajosos para a Administração, permitida a negociação com o contratado.

1.2. O contratado não tem direito subjetivo à prorrogação contratual.

1.3. A prorrogação de contrato deverá ser promovida mediante celebração de termo aditivo.

1.4. O contrato não poderá ser prorrogado quando o contratado tiver sido penalizado nas sanções de declaração de inidoneidade ou impedimento de licitar e contratar com poder público, observadas as abrangências de aplicação.

CLÁUSULA TERCEIRA – MODELOS DE EXECUÇÃO E GESTÃO CONTRATUAIS (art. 92, IV, VII e XVIII)

2.1. O regime de execução contratual, os modelos de gestão e de execução, assim como os prazos e condições de conclusão, entrega, observação e recebimento do objeto constam no Projeto Básico, anexo a este Contrato.

CLÁUSULA QUARTA – SUBCONTRATAÇÃO

3.1. É permitida a subcontratação parcial do objeto, até o limite de 30% (trinta por cento) do valor total do contrato;

3.2. Para a subcontratação parcial deverão ser observadas as condições estabelecidas no Projeto Básico e atendidos os seguintes requisitos:

3.2.1. Informação previa à fiscalização dos motivos da subcontratação, da identificação da subcontratação e das razões da escolha;

3.2.2. Atendimento pela subcontratada, no que couber, das condições de habilitação e das disposições do Edital e do Contrato, mediante apresentação da documentação pertinente à fiscalização.



ESTADO DO PARÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE SALINÓPOLIS
CNPJ: 05.149.166/0001-98

3.2.3. Quanto à identificação da subcontratação, a fiscalização deverá ser informada da parcela contratual a ser subcontratada. Deverão ser apresentados os itens em planilha a serem executados pela empresa subcontratada bem como a especificação do valor, na forma de orçamento, cronograma físico financeiro e memorial descritivo.

3.2.4. A fiscalização poderá exigir da subcontratada, para fins de formalização da subcontratação, a mesma documentação exigida da contratada quando do processo licitatório.

3.3. O projeto básico e anexos oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à subcontratação, caso admitida.

3.4. A subcontratação deve ser avaliada à luz do artigo 122 da Lei nº 14.133, de 2021.

“Art. 122. Na execução do contrato e sem prejuízo das responsabilidades contratuais e legais, o contratado poderá subcontratar partes da obra, do serviço ou do fornecimento até o limite autorizado, em cada caso, pela Administração.

§ 1º O contratado apresentará à Administração documentação que comprove a capacidade técnica do subcontratado, que será avaliada e juntada aos autos do processo correspondente.

§ 2º Regulamento ou edital de licitação poderão vedar, restringir ou estabelecer condições para a subcontratação.

§ 3º Será vedada a subcontratação de pessoa física ou jurídica, se aquela ou os dirigentes desta mantiverem vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou se deles forem cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral, ou por afinidade, até o terceiro grau, devendo essa proibição constar expressamente do edital de licitação.”



ESTADO DO PARÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE SALINÓPOLIS
CNPJ: 05.149.166/0001-98

CLÁUSULA QUINTA – PREÇO (art. 92, V)

4.1. O valor total da contratação é de R\$..... (.....);

4.2. No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

CLÁUSULA SEXTA - PAGAMENTO (art. 92, V e VI)

5.1. O prazo para pagamento ao contratado e demais condições a ele referentes encontram-se definidos no Projeto Básico, anexo a este Contrato.

CLÁUSULA SÉTIMA - REAJUSTE (art. 92, V)

6.1. Os preços inicialmente contratados são fixos e irrevogáveis no prazo de um ano contado da data do orçamento estimado.

6.2. O orçamento estimado pela Administração baseou-se nas planilhas referenciais elaboradas com base: SINAPI - 12/2024 – Pará, SBC - 01/2025 – Pará, SICRO3 - 10/2024 – Pará, SEDOP - 10/2024 – Pará, AGETOP RODOVIARIA - 10/2024 – Goiás e pesquisas de mercado realizadas por outros órgãos gerenciadores de ata de Licitação, obtidas junto ao Mural de Licitações do Tribunal de Contas dos Municípios do Pará (TCM-PA).

6.3. Após o interregno de um ano, e independentemente de pedido do contratado, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pelo contratante, do índice INCC, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

6.4. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

6.5. No caso de atraso ou não divulgação do(s) índice (s) de reajustamento, o contratante pagará ao contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja(m) divulgado(s) o(s) índice(s) definitivo(s).

6.6. Fica o Contratado obrigado a apresentar memória de cálculo referente ao reajustamento de preços do valor remanescente, sempre que este ocorrer.

6.7. Nas aferições finais, o(s) índice(s) utilizado(s) para reajuste será(ão), obrigatoriamente, o(s) definitivo(s).



ESTADO DO PARÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE SALINÓPOLIS
CNPJ: 05.149.166/0001-98

6.8. Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.

6.9. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

6.10. O reajuste será realizado por apostilamento.

CLÁUSULA OITAVA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE (art. 92, X, XI e XIV)

7.1. Atestar as faturas correspondentes, por intermédio de servidor competente, formalmente designado pela Administração Pública como Gestor do Contrato;

7.2. Proporcionar todas as facilidades para que a Contratada possa prestar os Serviços, por meio dos seus empregados, dentro das normas trabalhistas vigentes e Cláusulas do Contrato;

7.3. Prestar todas as informações e/ou esclarecimentos, necessários à prestação dos Serviços, que venham a serem solicitados pela contratada;

7.4. Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato, por meio de servidor especialmente designado, nos termos do art. 117 da Lei nº 14.133, de 2021;

7.5. Rejeitar os serviços executados em desacordo com as obrigações assumidas pela Contratada, exigindo sua correção, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, ressalvados os casos fortuitos ou de força maior, devidamente justificado e aceito pela contratante;

7.6. Notificar a empresa, por escrito, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades detectadas nos serviços, para que sejam adotadas as medidas corretivas necessárias.

7.7. Efetuar, quando julgar necessário, inspeção com a finalidade de verificar a prestação dos serviços e o atendimento das exigências contratuais;

7.8. Exigir o afastamento e/ou substituição, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, de qualquer empregado da Contratada que não mereça confiança no trato dos serviços, que produza complicações para a supervisão e fiscalização ou que adote postura inconveniente ou incompatível com o exercício das atribuições que lhe forem designadas;



ESTADO DO PARÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE SALINÓPOLIS
CNPJ: 05.149.166/0001-98

- 7.9.** Não permitir que os profissionais executem tarefas em desacordo com as condições pré-estabelecidas;
- 7.10.** Exigir, mensalmente, os documentos comprobatórios do pagamento de pessoal, do recolhimento dos encargos sociais, benefícios, Certidões Negativas de Débitos Trabalhistas, Recolhimento das Contribuições Sociais (FGTS e Previdência Social), Tributos estaduais e Federais, além de qualquer outro procedimento de verificação que julgar necessário;
- 7.11.** Aplicar ao Contratado as penalidades contratuais e regulamentares cabíveis, garantindo o contraditório e a ampla defesa;
- 7.12.** Cientificar o órgão de representação judicial competente para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento de obrigações pelo Contratado;
- 7.13.** Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Projeto Básico;
- 7.14.** Não responder por quaisquer compromissos assumidos pelo Contratado com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do Contratado, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

CLÁUSULA NONA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO (art. 92, XIV, XVI e XVII)

- 8.1.** Responsabilizar-se por todos os ônus referente aos serviços ora contratados, pelo recolhimento de seguros, impostos, taxas, serviços, encargos sociais, fiscais, comerciais, trabalhistas, alimentação, transporte, inclusive licença em repartições públicas, registros e autenticações dos documentos e a ele relativos, e demais obrigações social e trabalhista prevista na legislação em vigor, bem como por todas as despesas decorrentes de eventuais trabalhos noturnos, inclusive com iluminação e ainda por todos os danos e prejuízos que, a qualquer título, causar à Prefeitura ou a terceiros em virtude da execução de serviços a seu cargo respondendo por si e por seus sucessores, não transferindo à Contratante a responsabilidade por seus pagamentos, obrigando-se a saldá-los na época própria;
- 8.2.** Executar os serviços em conformidade com o detalhamento expresso no Projeto Básico, nos documentos técnicos, na planilha orçamentaria, observando rigorosamente as normas constantes no processo, bem como, atender integralmente às determinações/obrigações deste Projeto Básico;
- 8.3.** A Contratada deverá encaminhar as notas fiscais, onde deverão conter o número do Processo licitatório, número do Contrato e número da Ordem de serviço, juntamente com os relatórios de medições.



ESTADO DO PARÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE SALINÓPOLIS
CNPJ: 05.149.166/0001-98

- 8.4.** O Contratado deve cumprir todas as obrigações constantes deste Contrato e de seus anexos, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas:
- 8.4.1.** Manter preposto aceito pela Administração no local do serviço para representá-lo na execução do contrato;
- 8.4.2.** A indicação ou a manutenção do preposto da empresa poderá ser recusada pelo órgão ou entidade, desde que devidamente justificada, devendo a empresa designar outro para o exercício da atividade;
- 8.5.** Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal do contrato ou autoridade superior (art. 137, II) e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados;
- 8.6.** Alocar os empregados necessários ao perfeito cumprimento das cláusulas deste contrato, com habilitação e conhecimento adequados, fornecendo os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios demandados, cuja quantidade, qualidade e tecnologia deverão atender às recomendações de boa técnica e a legislação de regência;
- 8.7.** Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os serviços nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;
- 8.8.** Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, de acordo com o Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990), bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo Contratante, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida no edital, o valor correspondente aos danos sofridos;
- 8.9.** Efetuar comunicação ao Contratante, assim que tiver ciência da impossibilidade de realização ou finalização do serviço no prazo estabelecido, para adoção de ações de contingência cabíveis.
- 8.10.** Não contratar, durante a vigência do contrato, cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, de dirigente do contratante ou do fiscal ou gestor do contrato, nos termos do artigo 48, parágrafo único, da Lei nº 14.133, de 2021;



ESTADO DO PARÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE SALINÓPOLIS
CNPJ: 05.149.166/0001-98

8.11. O contratado deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, até o dia trinta do mês seguinte ao da prestação dos serviços, os seguintes documentos:

- a) Prova de regularidade relativa à Seguridade Social;
- b) Certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União;
- c) Certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Municipal e Estadual/Distrital do domicílio ou sede do contratado;

8.12. Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT;

8.13. Responsabilizar-se pelo cumprimento das obrigações previstas em Acordo, Convenção, Dissídio Coletivo de Trabalho ou equivalentes das categorias abrangidas pelo contrato, por todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao Contratante;

8.14. Comunicar ao Fiscal do contrato, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local dos serviços;

8.15. Prestar todo esclarecimento ou informação solicitada pelo Contratante ou por seus prepostos, garantindo-lhes o acesso, a qualquer tempo, ao local dos trabalhos, bem como aos documentos relativos à execução do empreendimento; Paralisar, por determinação do Contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros;





ESTADO DO PARÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE SALINÓPOLIS
CNPJ: 05.149.166/0001-98

- 8.16.** Promover a guarda, manutenção e vigilância de materiais, ferramentas, e tudo o que for necessário à execução do objeto, durante a vigência do contrato;
- 8.17.** Conduzir os trabalhos com estrita observância às normas da legislação pertinente, cumprindo as determinações dos Poderes Públicos, mantendo sempre limpo o local dos serviços e nas melhores condições de segurança, higiene e disciplina;
- 8.18.** Submeter previamente, por escrito, ao Contratante, para análise e aprovação, quaisquer mudanças nos métodos executivos que fujam às especificações do memorial descritivo ou instrumento congênere;
- 8.19.** Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos, nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre;
- 8.20.** Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para habilitação na licitação;
- 8.21.** Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;
- 8.22.** Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no art. 124, II, d, da Lei nº 14.133, de 2021;
- 8.23.** Apresentar os empregados devidamente identificados por meio de crachá;
- 8.24.** Obter junto aos órgãos competentes, conforme o caso, as licenças necessárias e demais documentos e autorizações exigíveis, na forma da legislação aplicável;
- 8.25.** Refazer, às suas expensas, os trabalhos executados em desacordo com o estabelecido nas especificações, bem como substituir aqueles realizados com materiais defeituosos ou com vício de construção, pelo prazo de 05 (cinco) anos, contado da data de emissão do Termo de Recebimento Definitivo;
- 8.26.** Responder por qualquer acidente de trabalho na execução dos serviços, por uso indevido de patentes registradas em nome de terceiros, por danos resultantes de defeitos ou incorreções dos serviços ou dos bens do Contratante, de seus funcionários ou de terceiros, ainda que ocorridos em via pública junto ao serviço de engenharia;



ESTADO DO PARÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE SALINÓPOLIS
CNPJ: 05.149.166/0001-98

8.27. Realizar, conforme o caso, por meio de laboratórios previamente aprovados pela fiscalização e sob suas custas, os testes, ensaios, exames e provas que lhe caibam necessárias ao controle de qualidade dos materiais, serviços e equipamentos a serem aplicados nos trabalhos, conforme procedimento previsto nas especificações.

1. CLÁUSULA DÉCIMA – GARANTIA DE EXECUÇÃO (art. 92, XII)

8.28. A contratação conta com garantia de execução, nos moldes do art. 96 da Lei nº 14.133, de 2021, na modalidade Concorrência Eletrônica, em valor correspondente a 10% (dez por cento) do valor inicial/total do contrato.

a) Optando a adjudicatária por Fiança Bancária ou Seguro-Garantia, fica a sua prestação condicionada à aceitação pela administração da instituição bancária garantidora.

b) No caso a Empresa opte por seguro garantia, juntamente com a apólice de seguro deverá constar o comprovante de pagamento da mesma.

c) Os valores das cauções feitas em dinheiro ou documentos que a constituem serão devolvidos ou baixados na mesma forma como foram prestados mediante solicitação pela licitante e, quando em dinheiro, atualizada monetariamente.

d) Os valores das cauções prestadas serão devolvidos à adjudicatária, após 60 (sessenta) dias ao recebimento definitivo dos serviços.

e) A caução e seus reforços responderão pelo inadimplemento das condições contratuais, pela entrega incompleta dos serviços e pelas eventuais multas ou penalidades independentes de quaisquer outros atos legais.

f) O recebimento de caução em dinheiro será feito através da conta corrente da PMS-SALINÓPOLIS/PA.

g) A licitante tem o prazo de 10 dias úteis para apresentação de comprovação de garantia contratual.

Parágrafo Único: O não cumprimento da cláusula é motivo de rescisão contratual.



ESTADO DO PARÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE SALINÓPOLIS
CNPJ: 05.149.166/0001-98

- 8.29.** No caso de alteração do valor do contrato, ou prorrogação de sua vigência, a garantia deverá ser ajustada ou renovada, seguindo os mesmos parâmetros utilizados quando da contratação.
- 8.30.** Se o valor da garantia for utilizado total ou parcialmente em pagamento de qualquer obrigação, o Contratado obriga-se a fazer a respectiva reposição no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, contados da data em que for notificada.
- 8.31.** Extinguir-se-á a garantia com a restituição da apólice, carta fiança ou autorização para a liberação de importâncias depositadas em dinheiro a título de garantia, acompanhada de declaração do contratante, mediante termo circunstanciado, de que o contratado cumpriu todas as cláusulas do contrato;
- 8.32.** A garantia somente será liberada ou restituída após a fiel execução do contrato ou após a sua extinção por culpa exclusiva da Administração e, quando em dinheiro, será atualizada monetariamente.
- 8.33.** O contratado autoriza o contratante a reter, a qualquer tempo, a garantia, na forma prevista no Edital e neste Contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS (art. 92, XIV)

- 9.1.** Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, o contratado que:
- a) Der causa à inexecução parcial do contrato;
 - b) Der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
 - c) Der causa à inexecução total do contrato;
 - d) Ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
 - e) Apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
 - f) Praticar ato fraudulento na execução do contrato;
 - g) Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
 - h) Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.



ESTADO DO PARÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE SALINÓPOLIS
CNPJ: 05.149.166/0001-98

9.2. Serão aplicadas ao contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

i) **Advertência**, quando o contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave ([art. 156, §2º, da Lei nº 14.133, de 2021](#));

ii) **Impedimento de licitar e contratar**, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “b”, “c” e “d” do subitem acima deste Contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave ([art. 156, § 4º, da Lei nº 14.133, de 2021](#));

iii) **Declaração de inidoneidade para licitar e contratar**, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “e”, “f”, “g” e “h” do subitem acima deste Contrato, bem como nas alíneas “b”, “c” e “d”, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave ([art. 156, §5º, da Lei nº 14.133, de 2021](#)).

iv) **Multa:**

(1) Moratória de 0,5% (meio por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 30%(trinta por cento);

(2) Moratória de 0,5% (meio por cento) do valor total do contrato por dia de atraso injustificado, até o máximo de 30% (trinta por cento), pela inobservância do prazo fixado para apresentação, suplementação ou reposição da garantia.

a. O atraso superior a 60 (sessenta) dias autoriza a Administração a promover a extinção do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõe o [inciso I do art. 137 da Lei n. 14.133, de 2021](#).

(3) Compensatória, para as infrações descritas nas alíneas “e” a “h” do subitem 11.1, de 5% a 30% do valor do Contrato.

(4) Compensatória, para a inexecução total do contrato prevista na alínea “c” do subitem 11.1, de 5% a 30% do valor do Contrato.

(5) Para infração descrita na alínea “b” do subitem 11.1, a multa será de 5% a 30% do valor do Contrato.

(6) Para infrações descritas na alínea “d” do subitem 11.1, a multa será de 5% a 30% do valor do Contrato.

(7) Para a infração descrita na alínea “a” do subitem 11.1, a multa será de 5% a 30% do valor do Contrato, ressalvadas as seguintes infrações:



ESTADO DO PARÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE SALINÓPOLIS
CNPJ: 05.149.166/0001-98

- 9.3.** A aplicação das sanções previstas neste Contrato não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante (art. 156, §9º, da Lei nº 14.133, de 2021)
- 9.4.** Todas as sanções previstas neste Contrato poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa (art. 156, §7º, da Lei nº 14.133, de 2021).
- 9.4.1.** Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação (art. 157, da Lei nº 14.133, de 2021)
- 9.4.2.** Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente (art. 156, §8º, da Lei nº 14.133, de 2021).
- 9.4.3.** Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 30 (trinta) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.
- 9.5.** A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar;
- 9.6.** Na aplicação das sanções serão considerados (art. 156, §1º, da Lei nº 14.133, de 2021):
- a) A natureza e a gravidade da infração cometida;
 - b) As peculiaridades do caso concreto;
 - c) As circunstâncias agravantes ou atenuantes;
 - d) Os danos que dela provierem para o Contratante;
- 9.7.** A implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.
- 9.8.** Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados



ESTADO DO PARÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE SALINÓPOLIS
CNPJ: 05.149.166/0001-98

conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei (art. 159).

9.9. A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Contrato ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia (art. 160, da Lei nº 14.133, de 2021)

9.10. O Contratante deverá, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal. (Art. 161, da Lei nº 14.133, de 2021)

9.11. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133/21.

Os débitos do contratado para com a Administração contratante, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que o contratado possua com o mesmo órgão ora contratante, na forma da Instrução Normativa SEGES/ME nº 26, de 13 de abril de 2022.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DA EXTINÇÃO CONTRATUAL (art. 92, XIX)

10.1. O contrato será extinto quando cumpridas as obrigações de ambas as partes, ainda que isso ocorra antes do prazo estipulado para tanto.



ESTADO DO PARÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE SALINÓPOLIS
CNPJ: 05.149.166/0001-98

10.2. Se as obrigações não forem cumpridas no prazo estipulado, a vigência ficará prorrogada até a conclusão do objeto, caso em que deverá a Administração providenciar a readequação do cronograma fixado para o contrato.

10.3. Quando a não conclusão do contrato referida no item anterior decorrer de culpa do contratado:

a) ficará ele constituído em mora, sendo-lhe aplicáveis as respectivas sanções administrativas; e

10.4. poderá a Administração optar pela extinção do contrato e, nesse caso, adotará as medidas admitidas em lei para a continuidade da execução contratual.

10.4.1. O contrato poderá ser extinto antes de cumpridas as obrigações nele estipuladas, ou antes do prazo nele fixado, por algum dos motivos previstos no artigo 137 da Lei nº 14.133/21, bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

10.4.2. Nesta hipótese, aplicam-se também os artigos 138 e 139 da mesma Lei.

10.4.3. A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a extinção se não restringir sua capacidade de concluir o contrato.

10.5. Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.

10.5.1. O termo de extinção, sempre que possível, será precedido:

10.5.2. Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

10.5.3. Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

10.6. Indenizações e multas.

10.7. A extinção do contrato não configura óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório (art. 131, caput, da Lei n.º 14.133, de 2021).

O contrato poderá ser extinto caso se constate que o contratado mantém vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que tenha desempenhado função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau (art. 14, inciso IV, da Lei n.º 14.133, de 2021).

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA (art. 92, VIII)



ESTADO DO PARÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE SALINÓPOLIS
CNPJ: 05.149.166/0001-98

11.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Municipal do exercício 2024.

A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DOS CASOS OMISSOS (art. 92, III)

Os casos omissos serão decididos pelo contratante, segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133, de 2021, e demais normas federais, estaduais e municipais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor – e normas e princípios gerais dos contratos.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – ALTERAÇÕES

13.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021;

13.2. O contratado é obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

13.3. As alterações contratuais deverão ser promovidas mediante celebração de termo aditivo, submetido à prévia aprovação da consultoria jurídica do contratante, salvo nos casos de justificada necessidade de antecipação de seus efeitos, hipótese em que a formalização do aditivo deverá ocorrer no prazo máximo de 1 (um) mês (art. 132 da Lei nº 14.133, de 2021).

Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021.

14.1. CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – PUBLICAÇÃO

14.2. Incumbirá ao contratante divulgar o presente instrumento no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), na forma prevista no art. 94 da Lei 14.133, de 2021, bem como no respectivo sítio oficial na Internet, em atenção ao art. 91, caput, da Lei nº 14.133, de 2021, e ao art. 8º, §2º, da Lei nº 12.527, de 2011, c/c art. 7º, §3º, inciso V, do Decreto nº 7.724, de 2012.



ESTADO DO PARÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE SALINÓPOLIS
CNPJ: 05.149.166/0001-98

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – FORO (art. 92, §1º)

15.1. Fica eleito o Foro da Comarca de SALINÓPOLIS-PA, para dirimir os litígios que decorrerem da execução deste Termo de Contrato que não puderem ser compostos pela conciliação, conforme art. 92, §1º, da Lei nº 14.133/21.

SALINÓPOLIS, xxx de xxxxx de 2026

Representante legal do CONTRATANTE

Representante legal do CONTRATADO

TESTEMUNHAS:

1-

2-





ESTADO DO PARÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE SALINÓPOLIS
CNPJ: 05.149.166/0001-98

ANEXO III
CARTA-PROPOSTA

Ao

Agente de Contratação

Prefeitura Municipal de
SALINÓPOLIS/PA

Referência: **Concorrência Eletrônica N°/...**

Objeto:

Prezado (a) Senhor(a):

Encaminhamos à V.S.^a, nossa proposta, referente a Licitação em epígrafe, objetivando a execução dos serviços objeto do edital:

Tendo examinado o Edital, nós, a firma (nome da empresa), CNPJ n.º....., com sede à, apresentamos a presente proposta para o objeto licitado, em conformidade com o Edital mencionado, e declaramos que:

1. Até a formalização da contratação esta proposta constituirá um compromisso de nossa parte, observado as condições do Edital;
2. Consta em anexo, planilha orçamentária, planilha de encargos sociais, planilha de BDI, planilha de composição de preço unitário dos itens.
3. Propomos prestar, sob nossa integral responsabilidade, os serviços de, objeto do referido Edital, cujo valor ofertado em R\$(.....).
4. Nos preços indicados acima estão incluídos, além dos serviços, todos os custos, benefícios, encargos, tributos e demais contribuições pertinentes.
5. Declaramos conhecer a legislação de regência desta licitação e que os componentes serão fornecidos de acordo com as condições estabelecidas neste Edital, o que conhecemos e aceitamos em todos os seus termos, inclusive quanto ao pagamento e outros.



ESTADO DO PARÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE SALINÓPOLIS
CNPJ: 05.149.166/0001-98

6. Declaramos, também, que nenhum direito à indenização ou o reembolso de quaisquer despesas nos será devido, caso a nossa proposta não seja aceita, seja qual for o motivo.
7. Esta proposta é válida por 90 (noventa) dias, a contar da data estabelecida para a sua apresentação.
8. Os serviços serão disponibilizados após o recebimento da autorização de início dos serviços.
9. Os pagamentos deverão ser creditados à conta corrente nº, agência, Banco.....
10. O responsável pela assinatura do Contrato, é o(a) Sr(a)..... CPF n.º....., endereço.....
11. Os contatos poderão ser efetuados através do telefone nº e do e-mail
12. Finalizando, declaramos que estamos de pleno acordo com todas as condições estabelecidas no Edital da licitação e seus anexos.
13. Declaramos que todos os serviços executados atenderão às exigências de qualidade, observando os padrões e normas baixadas pelos órgãos competentes de controle de qualidade industrial - ABNT, INMETRO, etc., atentando-se, principalmente para as prescrições contidas no art. 39, VIII, da Lei 8.078/90 (Código de Defesa do Consumidor), especificações técnicas, memoriais e projetos fornecidos, inclusive as normas da Prefeitura Municipal de SALINÓPOLIS/PA.
14. Declaramos que todos os materiais/serviços a serem entregues e ou confeccionados serão de 1ª qualidade e com garantia de reposição caso seja identificado divergências com relação às propostas e durante 5 (cinco) anos após o Recebimento Definitivo dos serviços e obras, a CONTRATADA responderá por sua qualidade e segurança nos termos do Novo Código Civil Brasileiro, que efetuaremos a reparação de quaisquer falhas, vícios, defeitos ou imperfeições que se apresentem nesse período, independentemente de qualquer pagamento.

Atenciosamente,

Data, / / _

Nome Completo e Assinatura do representante legal
CPF E RG NOME DA EMPRESA